



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

VITÓRIA MASCARENHAS DE JESUS

**TAPAJÓS, PAUXIS E PARU: ATUAÇÃO DE PARTICULARES E MILITARES NO
AVANÇO DA FRONTEIRA COLONIAL PARA O BAIXO AMAZONAS (FINAIS DO
SÉCULO XVII E INÍCIO DO SÉCULO XVIII)**

SANTARÉM- PA

2021

VITÓRIA MASCARENHAS DE JESUS

**TAPAJÓS, PAUXIS E PARU: ATUAÇÃO DE PARTICULARES E MILITARES NO
AVANÇO DA FRONTEIRA COLONIAL PARA BAIXO AMAZONAS (FINAIS DO
SÉCULO XVII E INÍCIO DO SÉCULO XVIII)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
programa de Ciências Humanas, como requisito parcial
para obtenção de título de Licenciado em História.
Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de
Ciências da Educação.
Orientadora: Wania Alexandrino Viana

SANTARÉM- PA

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da UFOPA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Jesus, Vitória Mascarenhas de.

Tapajós, Pauxis e Paru: atuação de particulares e militares no avanço da fronteira colonial para o baixo amazonas (finais do século XVII e início do século XVIII) Santarém-PA 2021 / Vitoria Mascarenhas de Jesus. - Santarém, 2021.

63f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa Ciências Humanas.

Orientador: Wania Alexandrino Viana.

1. Particulares. 2. Militares. 3. Baixo amazonas colonial. I. Viana, Wania Alexandrino. II. Título.

UFOPA/Sistema Integrado de Bibliotecas

CDD 23 ed. 355.6

Dedico este trabalho, à minha mãe que sempre me apoiou incansavelmente na busca pelos meus sonhos. Obrigada por tudo.

AGRADECIMENTOS

A graduação me possibilitou a realização de um sonho. Permeada por muitos obstáculos, tive a honra de poder dividir, do início ao fim, minhas alegrias e angustias com pessoas que sempre me prestaram todo o apoio necessário. Hoje, com o fechamento deste ciclo, venho agradecer quem comigo estava.

A minha imensa gratidão à minha mãe, Lucidéia Mascarenhas, que não mediu esforços para que eu pudesse ter acesso ao Ensino Superior, fazendo sempre o possível para me auxiliar da maneira que podia, mesmo com todas as dificuldades. Obrigada por todos os abraços, e por notar quando as coisas não estão muito bem, me cercando com toda fé e positividade possível. Seu exemplo de vida me acompanha em todos os meus passos.

À minha orientadora, Wania Alexandrino por toda atenção, paciência e compreensão. Nossas reuniões de orientação sempre foram prazerosas e despertavam ânimos para o prosseguimento desta pesquisa. Obrigada por sempre me apoiar e acreditar no meu potencial. Seu amor pela docência é motivo de inspiração para todos que a conhecem e sua trajetória faz com que pessoas, com recursos limitados, como eu, continuem a acreditar que a educação pode transformar vidas. Me sinto honrada por tê-la, durante a graduação, como professora e orientadora.

Agradeço também aos amigos que fiz ao decorrer do curso. Em especial, destaco Adrio, Gustavo, Betina, Maurício e Luís, com quem acabei dividindo todos os momentos e sentimentos possíveis derivados da graduação. Gratidão pelas nossas tardes no laboratório de História, nossos papos diversos e nossos inúmeros lanches que tornavam os dias mais leves. Mais do que colegas de graduação, são pessoas que sempre me deram forças e acreditaram em mim mais do que eu mesma. Espero que possamos juntos partilhar de dias melhores.

Ao meu querido companheiro de vida João Gabriel, que sempre esteve ao meu lado, vibrando a cada conquista. Seu amor, demonstrado a partir da compreensão e preocupação, na rotina do dia a dia, fizeram e fazem toda a diferença. Obrigada por ser alguém com quem posso compartilhar meus sonhos e as coisas mais simples da vida.

Por fim, expresso minha gratidão à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Foram cinco anos de intenso aprendizado, em busca de uma preparação para exercer a docência. Graças à Universidade pública e de qualidade, eu pude ter acesso ao ensino superior e ampliar minhas perspectivas de vida.

RESUMO

Este trabalho busca compreender a expansão colonial para o Baixo Amazonas, em finais do século XVII e na primeira metade do século XVIII, a partir da atuação de particulares e militares. Descrita nas fontes como “sertão”, a região foi alvo de políticas de ocupação e defesa. As fortificações nesses espaços se constituíram como elementos fundamentais de presença lusa. A partir da análise de documentação do período colonial argumenta-se que esses indivíduos por participarem dessa expansão da fronteira colonial ocuparam posições políticas estratégicas em Santarém, Óbidos e Almeirim. Em decorrência disso, disfrutavam de autonomia e criavam dinâmicas próprias no sertão que nem sempre estavam alinhadas ao projeto colonial. A partir da ocupação dessa região, os particulares e militares projetavam no espaço a oportunidade de ascender socialmente, através do recebimento de títulos, postos e posses em formas de mercês, constituindo um poder particular no sertão.

Palavras-chave: Particulares. Militares. Baixo Amazonas colonial.

ABSTRACT

This work aims to understand how was the colonial expansion to Baixo Amazonas, at the end of eighteenth century and the first half of nineteenth, from the acting of private individuals and military. Addressed in the sources as “hinterland”, the region was aimed of occupation and defense policies. From the analysis of the documentation of the colonial period it is argued that these individuals for participating in this expansion of the colonial frontier of strategic points occupied strategic political positions in Santarém, Óbidos and Almeirim. The fortifications at these spaces were constituted as fundamental elements of the lusa demarcation. As a result, they enjoyed autonomy and dynamics of their own in the hinterland that their actions were not always aligned with the colonial project. From the occupation of this region, the private individuals and military projected in space the opportunity to ascend socially from the receipt of titles, military post and possessions in forms of mercês, constituting a particular power in the hinterland.

Keywords: Private individuals. Military. Baixo Amazonas colonial.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 – Fortificações portuguesas do século XVIII do Baixo Amazonas.....	30
Quadro 01 – Número de soldados na guarnição das fortalezas do sertão.....	31
Quadro 02 – Capitães das fortificações do Baixo Amazonas.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
EXPANSÃO COLONIAL PARA A REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS: ENQUADRAMENTOS INICIAIS.....	13
1.1 Em direção ao sertão: o avanço da fronteira colonial para o Baixo Amazonas.....	19
2. A DEFESA DA FRONTEIRA OESTE: PARTICULARES E AS FORTIFICAÇÕES DO SERTÃO NO BAIXO AMAZONAS.....	24
3. PARTICULARES NA FRONTEIRA.....	37
3.1 Ação da família Mota em Santarém: postos, títulos e posses	40
3.2 Ação de militares em Óbidos: mercês, abusos e violência	45
3.3 Ação de militares em Almeirim: conflitos, desmandos	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
FONTES.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

INTRODUÇÃO

A tentativa de colonizar os locais mais afastados da Amazônia, designados como sertão, não foi uma tarefa simples. Ao expor esse cenário, o trabalho se insere nos estudos de História Colonial, priorizando as práticas de defesa e ocupação do sertão do Baixo Amazonas, em finais do século XVII e primeiras décadas do século XVIII. Centra-se esta pesquisa na ação de particulares e militares que se comprometiam em realizar atividades na conquista ultramarina, sendo retribuídos com títulos, postos e posses, em forma do que se intitula, práticas das mercês.

Dentre os estudos que dão enfoque a região do Baixo Amazonas, ganham destaque os de Arthur César Ferreira Reis, com importantes contribuições, visualizadas em dois dos seus livros: *História de Óbidos*, e *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. O primeiro, respectivamente, traz capítulos, abordando “A fortaleza de Paúxis, “Vila de Óbidos”, “A experiência colonial”.¹ O segundo, aborda as formas de expansão para a região do Tapajós, a partir das missões e da fortificação erguida no Tapajós.² Ambos os livros possuem uma perspectiva local e não se restringem apenas ao período colonial, estendem-se ao contexto do Brasil império, como é o caso dos capítulos referentes a Cabanagem. A partir dessas obras é possível se atentar para as especificidades dos espaços que compunham a região do Baixo Amazonas.

No entanto, é importante destacar que ainda hoje, há poucos estudos sobre a região principalmente no que diz respeito ao período colonial aqui estudado. Na listagem de Trabalho de Conclusão de Curso (TCCs) concluídos dos alunos de Licenciatura em História da Ufopa, por exemplo, nenhum foi dedicado ao estudo do Baixo Amazonas Colonial. Geralmente os trabalhos dedicam-se a períodos mais recentes da História.

Quando se verifica outros trabalhos sobre a Amazônia colonial, em geral o Baixo Amazonas a aparece de forma secundária, em análises mais gerais da capitania ou se concentram em polos centrais de colonização, como Belém e São Luís, enfatizando o sertão em sua totalidade. Pretende-se neste trabalho, concentrar a análise em Santarém (Fortaleza de Tapajós), Óbidos (Fortaleza de Pauxis) e Almerim (Fortaleza do Paru).

Esses três espaços denominados nas fontes de sertão e verificar suas formas de inserção nas políticas lusitanas, a partir da atuação de particulares responsáveis pelo avanço

¹ REIS, Arthur César Ferreira. *História de Óbidos*. Civilização Brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979

² REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. 1979.

de fronteira para a região. Destaca-se também, as formas que esses indivíduos conseguiam, por meio do sertão, se inserir e criar dinâmicas para benefício próprio.

A partir disso, dialoga-se com a produção bibliográfica referentes a Amazônia colonial, e, também das perspectivas, mais gerais e do Antigo Regime e suas adequações no império ultramarino, observadas principalmente, a partir da conquista da região amazônica e das práticas estabelecidas no sertão por esses sujeitos.

As fontes documentais utilizadas são requerimentos, alvarás, cartas, cartas de sesmarias, consultas e avisos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e Sesmaria do Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Essas fontes analisadas em um período que contemplam o século XVII e a primeira metade século XVIII. A escolha desse recorte justifica-se pelas primeiras iniciativas de avanço luso para a região do Baixo Amazonas e da presença de núcleos de administração colonial no sertão verificados nas primeiras décadas do século XVIII, Santarém, Óbidos e Almerim.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma discussão da bibliografia, com importantes trabalhos, a respeito das práticas do Antigo Regime português, e a ampliação de suas características ao ser implementado na colônia. Como parte de sua estrutura, tem-se o sistema de mercês, concedidas a particulares, como Francisco da Mota, que atuavam na colônia em favor da aplicação do projeto português rumo ao sertão. Além disso, o capítulo também abarca uma discussão sobre o sertão amazônico, no que diz respeito as formas de acesso a mão-de-obra indígena e as drogas do sertão. Também é pontuado as dificuldades na penetração desses espaços formas que, por vezes, ocasionavam demora nas medidas a serem cumpridas, já que se tinha como única via, a navegação pelos rios em canoas.

O segundo capítulo, aborda as “fortificações do sertão”. Com a falta de recursos para a colonização, a Coroa confiou aos particulares o financiamento dessas construções, em troca do recebimento de mercês, como foi o caso da Família Mota. Constata-se a importância extremamente estratégica da região por se posicionar em frente aos rios, se definindo como área de fronteira e por isso, a necessidade da ocupação lusitana, por meio dos agentes e pontos de defesa. As fortificações construídas no Baixo Amazonas foram mecanismos primordiais para a defesa e fiscalização. Entretanto, apresentavam alguns problemas, relatados pelos engenheiros da capitania quanto ao seu principal objetivo, derivados da falta de guarnição, obras inacabadas e a gerência dos capitães que por vezes, se ausentavam do posto e permitiam ações ilegais.

Complementando as análises, do primeiro e do segundo capítulo, o terceiro capítulo, apresenta a atuação de particulares e militares na conquista do Baixo Amazonas, especificamente em Santarém, Óbidos e Almeirim. Destaca-se suas trajetórias antes e durante a ocupação dos postos na região. Ao assumirem a dita patente, esses sujeitos possuíam acesso ao que o sertão poderia fornecer de rentável, desencadeando uma dinâmica própria ao espaço, o que muitas vezes resultava em práticas ilegais como é o caso da utilização ilegal da mão de obra indígena e os conflitos com missionários. Junto a isso também voltavam seus interesses as mercês que a Coroa poderia fornecer, em forma de postos vitalícios, posses de terras e títulos. É notável que a expansão da fronteira seguiu uma lógica de interesse próprios.

Esta pesquisa é o primeiro passo no sentido de compreender melhor a história colonial do Baixo Amazonas. Como área de fronteira, e pela limitação de recursos da Coroa para investimento, a atuação de particulares em postos militares, através da política de mercês, foi imprescindível para o andamento da conquista do sertão que sendo anexado como parte do império, foi marcado pelas estratégias de ganho pessoal.

CAPÍTULO 1.

EXPANSÃO COLONIAL PARA A REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS: ENQUADRAMENTOS INICIAIS.

Em 1684, em carta ao rei, Francisco da Mota se colocava a disposição da Coroa portuguesa para o cumprimento de atividades de interesses coloniais. Entre elas, Mota se encarregava, com recursos próprios, da construção de quatro fortificações no rio Amazonas, dentro do período de quatro anos.³ Ora, mas o que isso significa?

Incentivado pela Coroa portuguesa, o serviço prestado por particulares ajustava-se à necessidade de conquista e expansão do território. A falta de recursos humanos e econômicos do império português no processo de colonização, o fez adotar diferentes mecanismos na colônia buscando estratégias diversificadas para o amplo domínio do território. Assim, um dos focos deste trabalho, é verificar a estratégia de prestação de serviços de particulares, a relação desses indivíduos com a Coroa e a expansão na região conhecida atualmente como Baixo Amazonas.

Todavia, faz-se necessário entender a lógica de inserção da América portuguesa no mundo moderno, pois uma vez que se constitui como parte do império português, tem-se o estabelecimento de uma estrutura de organização baseada nos moldes do sistema do Antigo regime da metrópole sendo passível adaptações, segundo a realidade local.⁴ Além disso, é importante verificar como essas relações implicam na mobilização de indivíduos na colônia e na organicidade da monarquia.

Nesse sentido, muitos são os estudos que se debruçam a entender as diferentes facetas desse sistema de acordo com seu amplo campo de atuação. Na década de 1980, verifica-se uma nova historiografia preocupada em dar um novo sentido ao regime vigente nas monarquias europeias e na sua transposição para as colônias, pois, até então, o tema era permeado por abordagens com visão de poder centralizado na figura do rei em exercício de sua vontade, sendo ele o responsável pelas decisões referentes ao reino, reforçando o caráter, em sua forma política, absolutista do regime.

Um dos autores de destaque na análise da cultura política do Antigo regime, é Nuno Monteiro. Em seu artigo *O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico e imaginário social*, pontua a constituição de diferentes tipos de nobreza e seus

³ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51.

⁴ DIAS, Joel Santos. *“Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)”*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - UFPA. Belém, 2008.

amplos campo de atuação na vastidão do império, de acordo com a hierarquia social imposta, sendo a Coroa portuguesa responsável por determinar a quem cabia os títulos de nobre, já que os dispunha e regulava o seu acesso, distribuindo a quem prestava serviços, favorecendo em diversos âmbitos o alargamento do grupo, mesmo que isso implicasse em certas subdivisões. Com esse trabalho, é possível traçar parâmetros referentes as características da nobreza colonial e sua atuação, tendo em vista as formas de ascensão na colônia.⁵

A nobreza também é retratada por António Manuel Hespanha, autor de importantes contribuições e um dos responsáveis por uma nova releitura do sistema. Em seu artigo, *A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime*, o autor trata das formas de ascensão social, ou seja, das possibilidades de conquistar o título de nobreza, em um contexto relativamente escasso das monarquias europeias. São destacadas as implicações disso a partir de conceitos, como honestidade, questão de sangue e comportamentos que, somados a hierarquia social, ditavam a sociedade. A compreensão das questões sobre como funcionava o acesso aos títulos de nobreza, especificamente em Portugal, auxilia no entendimento de como o regime foi incorporado a colônia e as novas formas de se ter acesso a títulos, cargos e posses.⁶

Hespanha também discute a ideia de uma *monarquia corporativa*, ao questionar a centralização de poder. Para o autor, “o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia,” na medida em que a distância permitia aos indivíduos nativos a tomada de decisões e o fortalecimento da rede de relações coloniais.⁷

Seguindo na mesma linha das análises de Hespanha, as questões acima apontadas, são perceptíveis nos trabalhos de Maria Fernanda Bicalho ao ser enfatizado um compromisso dos súditos que ocupam cargos públicos com a Coroa.⁸ No artigo intitulado *Conquistas, Mercês e Poder local: a nobreza da terra na América Portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*, pode-se destacar a formação de uma nobreza da terra, derivada das políticas de expansão, ocupação e povoamento do extenso território da América portuguesa, canalizadas por mercês. Essa perspectiva é crucial para sustentar esta pesquisa, pois é a partir

⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. O ‘Ethos nobiliárquico no Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack brasiliense*, nº 02, p.04-20, novembro 2005.

⁶ HESPANHA, António Manuel. *A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime*. 2007.

⁷ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 166.

⁸ BICALHO, Maria Fernanda. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 189-221.

das mercês que sujeitos se disponibilizavam a prestar serviços na colônia, em específico aqui ao Baixo Amazonas, revelando também seus interesses particulares ao servirem à Coroa.⁹

Já no artigo *Entre teoria e a prática: Dinâmicas político - administrativas em Portugal e na América Portuguesa*, Maria Fernanda Bicalho apresenta que o poder não emanava apenas da figura do rei para as jurisdições, mas sim de todo um corpo administrativo composto por órgãos que o auxiliavam na tomada de decisões. Assim, mesmo sem a presença efetiva do rei, essa estrutura seria presente na colônia. Com a inserção de uma administração baseada nos moldes portugueses, o poder local é visto nos governadores e vice-reis que adquiriam autonomia na colônia devido à distância do rei.¹⁰

Portanto, na medida em que estabelecem um panorama de poderes além do ultramar, os trabalhos de Bicalho traçam uma ligação entre a constituição da nobreza e a prestação de serviços, por meio do aparato administrativo.¹¹ Porém, segundo a autora, isso não fica restrito apenas a cargos públicos, mais também a outras formas de desempenhar serviços de acordo com os interesses da coroa e dos próprios indivíduos, como é o caso acima mencionado de Francisco da Mota o qual atuou na construção de fortificações do Baixo Amazonas.

Complementando as análises, quem melhor esclarece e reforça essas relações é Maria de Fátima Gouvêa, através do conceito de uma economia do bem comum, sustentada na política, a partir da distribuição de cargos e privilégios. Essa dinâmica é responsável pela consolidação de laços, através do estabelecimento de compromissos da Coroa para com os vassallos que tinham como obrigação o empenho no cumprimento dos objetivos da expansão ultramarina. Esses laços se estendem também ao ultramar e fazem parte de um pacto político que constitui uma teia de relações concretizadas muitas vezes, entre o poder local e central, sendo os órgãos presentes na colônia responsáveis por atestar a presença portuguesa na região.¹²

Assim, esses trabalhos trazem diversos fatores que se enquadram à pesquisa em questão, pois possuem uma linha de interpretação do sistema do Antigo Regime baseado em

⁹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense* n° 02, p.21-34, novembro de 2005.

¹⁰ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Entre teoria e a prática: Dinâmicas político-administrativas em Portugal e na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*. São Paulo, n° 167. P 75-98. Julho/dezembro, 2012.

¹¹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense* n° 02, p.21-34, novembro de 2005.

¹² GOUVEA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 285-315.

amplios poderes inseridos na dinâmica colonial, destacando a autonomia local das colônias. Essas relações de poderes se constituíam em diferentes partes do império português, através da economia e acordos firmados com o rei. Francisco da Mota, que em 1684 dispunha-se à Coroa para a construção de quatro fortificações na Amazônia, insere-se nessas relações.

Os serviços prestados, como neste caso, a construção de fortificações por particulares, possibilitava o alcance de cargos públicos e posses principalmente de terras em forma de mercês. Embora isso se relacione a análises mais gerais da colônia, ajudam a entender as dinâmicas elaboradas também na Amazônia Colonial.

A concepção de classificação da sociedade em hierarquias, por meio de distinção de grupos sociais, foi uma característica perceptível durante toda a vigência do Antigo Regime. Como lembra Nuno Monteiro, a nobreza tradicional europeia com legitimidade no sangue, possuía privilégios institucionalizados pela ordem jurídica e título simbólicos.¹³ Essa nobreza, de acordo com Ricardo de Oliveira, era composta essencialmente de militares que prestavam serviços a Coroa e desempenhavam o poder aristocrático, sendo próximos ao rei devido ao reconhecimento obtido no auxílio em defesa do reino.¹⁴

Com as conquistas obtidas no ultramar, a composição social da nobreza apresentou certas ampliações devido a anexação de territórios ao império e a falta de recursos humanos e materiais para a efetivação da conquista. Ronald Raminelli pontua que nem sempre a riqueza, limpeza de sangue e de ofício, foram características da nobreza ultramarina.¹⁵ Ser nobre, nesse momento, incluía características mais diversas, a partir da inclusão de uma diversidade de funções distintas das realizadas pelos nobres tradicionais.¹⁶

Designada por funções assim mais diversas, a alteração da nobreza decorre nas áreas coloniais das prestações de serviço e da qualidade do desempenho de funções de interesse para a conquista, ou seja com certa flexibilização da monarquia quanto aos títulos. Todavia, a utilização de velhas classificações para sua comprovação permaneceu, como aponta Nuno Monteiro, ao se referir sobre a busca do estabelecimento de vínculos com

¹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. O 'Ethos nobiliárquico no Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack brasiliense*, nº 02, p.04-20, novembro 2005.

¹⁴ OLIVEIRA, de Ricardo. As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVII. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43: p.109-129, jan/jun 2010. p.113.

¹⁵ RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015.

¹⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social*, vol. XXXII (2º), nº141, p. 335-368, 1997.

possíveis fundadores de uma linhagem, reforçando o grau de simbolismo emergentes nessa sociedade.¹⁷

A vinda para a colônia, de sujeitos das mais diversas proveniências sociais ocuparam espaços de interesse para a Coroa, sobretudo defesa e povoamento. Muitos dos quais integraram, nas conquistas um grupo denominado de “nobreza da terra”. Esse grupo, se ajustava conforme a sua participação no processo de expansão do império, não primordialmente por características naturais impostas por esse sistema, como por exemplo, ascendência familiar e pureza de sangue, mas também porque a condição de conquista e povoamento foram anexadas como causas importantes, junto as demais, já que acentuavam a defesa dos objetivos do rei.¹⁸ Assim, a “nobreza da terra” era composta por uma elite local que atuava principalmente em cargos públicos, mesmo depois de conseguir se estabilizar por meio de outros negócios que proporcionavam rendas, como tráfico de escravos e engenhos.

Já em Portugal, como prática cada vez mais comum, a partir da ampliação da concessão de títulos de nobreza, fornecidos pela Coroa portuguesa, observa-se, a criação de subdivisões pautadas nos quesitos agora inseridos como condição para fazer parte da nobreza. No trabalho de Nuno Monteiro sobre o papel das oligarquias municipais que ocupavam cargos correspondentes a burocracia ibérica, são evidenciadas certas distinções resultantes até mesmo na restrição a certos cargos.

Ora, a legislação (1651) era explícita em determinar que «não sejam admitidos na governança [...] mecânicos, nem peão algum [...] se não Nobres das partes, e qualidades para isso, e filhos de nobre» (...) Os ofícios da governança dos municípios conferiam, assim, nobreza, incompatível com os ofícios mecânicos, que se definiam por dependerem «mais do trabalho do corpo, que do espírito». (...) A singularidade portuguesa residirá, porventura, no facto de a identificação entre ser nobre e viver como tal («viver à lei da nobreza») se encontrar juridicamente sancionada, podendo ser invocada como prova.¹⁹

Mesmo obtendo o título de nobre e convivendo próximos ao rei, os chamados “peões” possuíam uma categoria de nobreza vista como inferior por estar mais atrelada ao trabalho físico e as mercês recebidas, reiterada nas subdivisões. Nesse cenário, ressalta-se,

¹⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos nobiliárquico no Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack brasiliense*, nº 02, p.04-20, novembro 2005.

¹⁸ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense* nº 02, novembro de 2005.

¹⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social*, vol. XXXII (2º), nº141, p. 335-368, 1997. p. 344.

que a monarquia portuguesa, em grande parte, era reguladora da distribuição e concessão de títulos, e utilizava isso ao seu favor como é o caso da prestação de serviços.

As mudanças verificadas posteriormente na hierarquia das nobrezas inseriram-se no quadro de um esforço descontínuo da monarquia para controlar vocabulário social e delimitação dos estatutos (o poder de classificação), bem como para potenciar esse recurso no quadro de remuneração dos serviços que lhe deviam ser prestados.²⁰

Com a expansão do império português, através da conquista da América, no século XVI, a Coroa portuguesa procurou implantar medidas que visassem a proteção do território, tendo em vista o interesse configurado nas tentativas de impedir a invasão dos demais “estrangeiros”. Por isso, ao decorrer dos séculos posteriores, foi necessário a instalação de um sistema administrativo burocrático, representado através de órgãos na colônia portuguesa, como tribunais, conselhos e câmaras²¹, junto a estrutura social do Antigo Regime. Essas medidas serviram para enquadrar parte da América ao império português.

No entanto, é necessário pontuar que Portugal não dispunha de muitos recursos para o processo de colonização. Isso resultou na abertura de um campo amplo de possibilidades para prestação de serviços de indivíduos em troca de diversos benefícios, funcionando como auxílio ao incentivo a migração.²² Assim, a relação estabelecida, por meio dos tratos, entre a figura do rei e os colonos, era baseada no sistema de mercês.

Com a expansão e a conquista de novos territórios, a Coroa pôde atribuir ofícios e cargos civis e militares; conceder privilégios a indivíduos e grupos; e dispor de novos rendimentos com base nos quais se distribuía pensões. (..) Dentre os objetivos de tais conquistadores residia a vontade de aumentarem seu cabedal material, simbólico e político, resultando em uma possibilidade de serem revestido com o manto da nobreza e, por consequência, ascenderem na hierarquia estamental, o que significava reforçar o exercício de suas prerrogativas de mando.²³

Somadas as dificuldades de conseguir ascender como nobreza em Portugal, diversos indivíduos visualizavam na América portuguesa a oportunidade de conseguir

²⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. O ‘Ethos nobiliárquico no Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack brasiliense*, nº 02, p.04-20, novembro, 2005. p. 06.

²¹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Entre a teoria e a prática: dinâmicas político administrativas em Portugal e na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de história*. São Paulo, nº 167, p. 75-98, julho / dezembro 2012.

²² BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense* nº 02, p.21-34, novembro de 2005.

²³ MATHIAS, Leonardo Kelmer. *O sistema de concessão de mercê como prática governativa no alvorecer da sociedade mineira setecentista: o caso da (re)conquista da praça fluminense em 1711. Saeculum, Revista de História*. João Pessoa, nº14, 27-38, jan./ jun. 2006.p.26

riquezas e títulos em formas de mercês. Ao se estabelecerem nas partes da colonização do império, reproduziam ações pautadas na sociedade de origem.²⁴ Em alvará datado de 16 de dezembro de 1684, Francisco da Mota solicitava a concessão da promessa do foro de fidalgo, após se comprometer na construção de fortalezas, localizadas no Baixo Amazonas.²⁵ Essa prática de doação de mercês, demonstrava trazer ganhos para ambos os lados, pois uma vez que a Coroa atinge seus objetivos, automaticamente dar oportunidades de ascensão na hierarquia social imposta pelo Antigo Regime. Além disso, esses sujeitos acreditavam serem os escolhidos pela monarquia, ao fazerem parte da complexa missão de colonização. Por isso, pela disposição ao cumprimento das ordens, deveriam ser agraciados com mercês.

Não podemos esquecer também que a principal base de sustentação da colonização no ultramar foi realizada mediante uma política de concessões e favorecimentos, típicos dos padrões do Antigo Regime. Nesse caso, a Coroa soube utilizar, com habilidade, a política de concessões de privilégios e isenções para sustentar o avanço da colonização e preservar a boa governabilidade no ultramar. Hábitos de Cristo, mercês e títulos de nobreza premiavam a fidelidade dos colonos.²⁶

Ao se instalarem na colônia, a Coroa portuguesa forneceu a esses indivíduos a ocupação de cargos locais decisivos para o funcionamento do projeto colonial. Mais do que isso, proporcionou também uma relativa autonomia de exercício, por conta da distância geográfica e a dificuldade de alcance ao sertão. Esses espaços tornaram-se centrais para a atuação de particulares.

1.2 Em direção ao sertão: o avanço da fronteira colonial para o Baixo Amazonas

Em julho de 1625, em requerimento ao rei Filipe III, Luís Aranha Vasconcelos solicitava autorização e auxílio, em forma de despachos, resgates e embarcações, para seguir novamente ao rio Amazonas, com a finalidade de prestar assistência no combate aos invasores “estrangeiros”, holandeses e ingleses. Além disso, Luís Aranha Vasconcelos também

²⁴ MONTEIRO, Rodrigo; CALAINHO, Daniela Buono; FLEITER, Bruno; FLORES, Jorge. *Raízes do privilégio: Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.

²⁵ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51.

²⁶ DIAS, Joel Santos. “Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - UFPA. Belém, 2008. p. 204.

enfativava a necessidade de reforço e indicava a construção de fortificações para melhor proteção da região.²⁷

Em resposta ao requerimento, Luís Aranha Vasconcelos teve permissão concedida pela Coroa, para a realização da sua jornada ao dito rio, com o objetivo de conquistar e ocupar o espaço, conforme carta régia, em outubro de 1626.²⁸ Ao autorizar e incentivar essa expedição, a Coroa portuguesa demonstrava cada vez mais seu interesse em torno do rio Amazonas. Portugal necessitava assegurar o seu domínio político e militar, já que estamos tratando de uma região de fronteira.²⁹ Assim, era fundamental ter o amplo conhecimento das rotas dos rios, questão que retornarei mais adiante.

Incorporadas ao império português, as capitanias do Grão-Pará e Maranhão, tiveram como centros administrativos, respectivamente, as cidades de Belém e São Luís, conquistadas em meados de 1614 a 1616, por tropas envolvendo índios e portugueses.³⁰ Estas cidades seriam a certificação da presença lusitana efetiva no Norte, através da implantação de um modelo administrativo que impulsionaria a ocupação dos demais espaços supostamente desocupados da região.

A expansão para o Baixo Amazonas, se insere nas tentativas e estratégias de ocupação portuguesa para esses locais distantes de Belém e São Luís, espaços designados nos documentos como “sertão”. Mas como podemos entender o sertão?

O sertão amazônico abriga em si, múltiplos significados os quais derivam das diferentes fases de experiência da conquista colonial, que não se deu de forma contínua e homogênea, segundo André Pompeu.³¹ Dentre seus conceitos, o sertão amazônico é designado como um espaço no interior da Amazônia o qual precisa ser ocupado, distante dos polos mais centrais. Para Antônio Carlos Robert de Moraes,

O sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração”.³²

²⁷ Requerimento de Luís Aranha Vasconcelos para o rei, Pará 3 de Julho de 1625. AHU, Avulsos Pará, caixa 1, doc.30.

²⁸ Carta Régia de D. Filipe para o conselho dos governadores do reino. Pará 27 de outubro de 1626. AHU, Avulsos Pará, caixa 1, doc. 31.

²⁹ CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p.317-338, 2011

³⁰ CARDOSO, Alírio. “Un piccolo pataccio al rio dell’amazzoni”: pirataria europeia e projetos italianos na Amazônia na época da monarquia hispânica. *rev. hist.* (São Paulo), n. 170, p. 175-199, jan.-jun., 2014.

³¹ POMPEU, André José Santos. Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira ocidental amazônica (Segunda metade do Séc. XVII). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. p. 1-20. Florianópolis, 2015.

³² MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão: Um “outro” geográfico. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*. n.4-5, p.1-8, Terra Brasilis, 2003. p.2.

Rafael Chambouleyron, Monique Bonifácio e Vanice Melo, também destacam “(..) uma outra dimensão do termo sertão, que o caracterizava como uma região distante das comunidades portuguesas, as quais, na Amazônia portuguesa, não necessariamente se localizavam no litoral (...)”.³³

A relativa distância entre esses locais e os núcleos urbanos da administração portuguesa, por vezes, ocasionava a demora na efetivação de ordens a serem cumpridas. Em carta de 1710, Antônio da Costa Coelho, em jornada a aldeia dos Tapajós e outras de sua jurisdição, se queixava de casos ocorridos no sertão e nas aldeias que não tinham se tirado devassa, passado até mesmo meses e anos sem respostas “pelas suas distâncias e dificuldades e a impossibilidade de se tirarem tão breve”.³⁴ Devido ao pouco alcance do poder da Coroa portuguesa, Elba Monique Chagas da Cunha, descreve o sertão como espaço “sem leis”.³⁵

Nesse contexto, os rios desempenham um papel fundamental, já que são eles o acesso principal às entradas no sertão. Conhecê-los, portanto, é extremamente necessário no mapeamento de rotas mais curtas, com a finalidade de redução da distância e tempo de duração das viagens, visto que os rios e canais fluviais entrelaçam os sertões da região possuindo formas específicas de navegação. De acordo com Rafael Chambouleyron, Monique Bonifácio e Vanice Melo:

(..) Havia muitos *sertões*, em geral designados pelos rios que os cortavam, indicando a importância da penetração fluvial pelo interior do território(..). Significativa era, igualmente, a importância que adquiriram outras expressões de sentido fluvial – como os *igarapés* – para identificar e demarcar o território devassado e ocupado pelos portugueses (por exemplo, no estabelecimento das concessões de sesmarias).³⁶

Alírio Cardoso, ressalta que diferente dos franceses que tinham noção das especificidades do rio Amazonas, nos primeiros anos de conquista da capitania, os portugueses demonstraram pouco conhecimento e domínio dos canais fluviais, fator esse que

³³ CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO, Monique; MELO, Vanice. Pelos sertões “estão todas as utilidades”. Trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII). *Revista de História*, n.162, p.13-49, 2010. p.14.

³⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a carta do ouvidor-geral da capitania do Pará, Antônio da Costa Coelho, 1 de julho de 1710. AHU, Avulsos Pará, caixa. 5, D. 456.

³⁵ CUNHA, Elba Monique Chagas da. *Sertão, sertões: Colonização, conflitos e História indígena em Pernambuco no período pombalino (1759-1798)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife 2013. p. 91.

³⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO, Monique; MELO, Vanice. Pelos sertões “estão todas as utilidades”. Trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII). *Revista de História*, n.162, p.13-49, 2010.p. 15.

no momento de expansão para o sertão significou dificuldades.³⁷ Todavia, não o bastante para impedir por parte da Coroa o impulso de jornadas no início do século XVII, tal como a já citada de Luís Aranha Vasconcelos, e, também, a do capitão Antônio Barroso.

Em 1616, Antônio Barroso, solicita mercê do rei para as muitas despesas referentes ao seu embarque rumo ao socorro e a conquista do rio Amazonas.³⁸ Centrados no enfoque da conquista, a Coroa fornecia acordos com particulares, para atuarem no conhecimento do território e na expulsão de “estrangeiros”. Assim, os rios faziam parte da dinâmica que permeava o contato das áreas mais centrais com as interioranas.

Por meio dessas ações, a Coroa portuguesa agia na tentativa de obter o domínio da exploração desses espaços para garantir lucros, através de produtos e especiarias, intitulados “drogas do sertão”. Esse processo “ia desde a coleta de produtos para uso na cozinha, passando pela matéria-prima utilizada na tintura de tecidos, até a retirada de ervas de uso medicinal, e de madeiras, sendo esses produtos de uso bastante popular e lucrativo”.³⁹

Nos relatos do padre Felipe Bettendorf, na viagem que fez pelos rios Amazonas e Tapajós, são citadas algumas das drogas do sertão encontradas ali, dentre elas o cacau, a salsa e a castanha, além das referências a respeito das terras que se encontram boas para mantimentos⁴⁰, ou seja, com o potencial produtivo para gêneros alimentícios, o que possivelmente promoveu a atenção da Coroa, das demais autoridades locais e colonos. Igualmente Arthur Reis reafirma, “o Tapajós desde os primeiros tempos fora considerado como uma das melhores fontes de suprimento na movimentação de tais negócios comerciais. A ‘droga do sertão era abundante ali’. E se representava em cacau, cravo, salsa e guaraná”.⁴¹

Nesse contexto, os indígenas são peça chave na compreensão do processo de entrada nos sertões e coleta das drogas. Sua participação derivava do amplo conhecimento do território, e conseqüentemente da localização das drogas do sertão. Como destaca André Pompeu, “para uma boa execução desse trabalho se fazia necessário que os sertões fossem apaziguados, que os demais grupos indígenas estivessem em amizade com os europeus e que

³⁷ CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

³⁸ Consulta do conselho da fazenda para o rei *Filipe II sobre o requerimento do cabo dos navios, capitão Antônio Barroso*. 30 de dezembro de 1616. AHU, Avulsos Pará. Caixa 1, D.3.

³⁹ CUNHA, Elba Monique Chagas da. *Sertão, sertões: Colonização, conflitos e História indígena em Pernambuco no período pombalino*. Recife 2013. Dissertação Universidade federal rural de Pernambuco p. 74

⁴⁰ BETTENDORF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1698)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I, 1910. p. 32, p.36.

⁴¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. 1979. p.157.

os caminhos fossem conhecidos para impedir os extravios de drogas e índios”.⁴² Os portugueses tinham a perfeita noção que deveriam estabelecer relações positivas com os nativos para atingirem seus objetivos.

Entretanto, não foi dessa maneira que ocorreu. O sertão foi palco para diversos conflitos, espaços de onde se retirava a mão-de-obra, resultando na escravização indígena. O império português, por vezes estabelecia uma série de leis que tentavam regular a utilização dessa mão-de-obra pelos colonos, mas as queixas feitas pelas autoridades locais e missionários, destacadas com mais ênfase no capítulo três, relatavam o descumprimento delas, ao serem enviadas para o sertão, tropas particulares sem autorização. Em carta datada de 1738, o ouvidor-geral da capitania do Pará, Salvador de Sousa Rebelo, escrevia sobre às incursões que se faziam pelo sertão e os atentados que sofriam os índios:

Como era notório nessa cidade que indo Calisto da Cunha Villadores, capitão-Mor que foi de Gurupá a visitar as fortalezas do rio Amazonas e ao fazer descer para baixo todos os brancos que havia anos se achavam pelos sertões fazendo escravos contra as minhas leis, e outros insultos pelas aldeias.⁴³

Dessa forma, fica evidente as distintas vias de interesse no sertão, seja para a coleta de produtos e especiarias, seja na busca incessante pela mão-de-obra. As drogas do sertão fomentaram uma rede de comércio, voltado às suas descobertas, cultivos e exportações, diversificando a economia da colônia. Para Rafael Chambouleyron, “diferentemente de outros lugares da América portuguesa, o sertão amazônico estava profundamente conectado com a cidade de Belém”.⁴⁴ A cidade cumpria o papel de alcance desses espaços, com o objetivo de ocupá-los com a presença lusitana.

A partir do que foi abordado, notam-se as mais diversas maneiras de se referir aos sertões amazônicos. Quando se trata da expansão para os sertões do Baixo Amazonas, banhados pelos rios Tapajós e Amazonas, o interesse parte não só de Portugal, mas também de outros países que já tinham se estabelecido, a exemplo dos franceses.⁴⁵ O potencial estratégico da região, as “boas terras” e produtos de interesse para exportação, foram o impulso para a construção de pontos fortificados e, sobretudo a presença de indivíduos

⁴² POMPEU, André José Santos. Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira ocidental amazônica (Segunda metade do Séc. XVII). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. p. 1-20. Florianópolis, 2015. p.6.

⁴³ Carta do ouvidor-geral da capitania do Pará Salvador de Sousa Rebelo, para o rei D. João V. 28 de setembro de 1738. AHU, Avulsos Pará, caixa. 21, D. 1996.

⁴⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVIII). *Outros Tempos*, vol. 10, n.15, p.79-99, 2013 p.90.

⁴⁵ Ver mais em: BETTENDORF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1698)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I, 1910.

dotados de interesses para além dos da Coroa, que viam no sertão do Baixo Amazonas possibilidades de ascensão social, acesso às drogas e a mão de obra indígena. Busca-se verificar essa presença no sertão a partir do que as fontes designam de “fortalezas do sertão”, que compreendia os três espaços estratégicos dessa região: Santarém, Óbidos e Almerim.

CAPÍTULO 02.

A DEFESA DA FRONTEIRA OESTE:

PARTICULARES E AS FORTIFICAÇÕES DO SERTÃO NO BAIXO AMAZONAS

As fortificações constituíram um instrumento primordial de visibilidade da presença portuguesa na Amazônia, desde o século XVII. Localizadas não só nas áreas centrais, mas também no sertão, estavam ligadas as formas estratégicas de expansão da Coroa portuguesa. Além de serem um meio válido de defesa, propiciaram o avanço da fronteira e consequentemente a ampliação do território português. Por isso, o presente capítulo, aborda esses instrumentos de defesa, localizados nas fronteiras do sertão, de onde pode-se verificar a atuação de particulares nesses espaços denominados de “fortalezas do sertão”. Mas o que isso significava?

O sertão, nas palavras de Pompeu, é o “lugar distante e o mais próximo da “fronteira” que existia no mundo colonial”⁴⁶, ou seja, há uma ligação entre sertão amazônico e as áreas de delimitação de fronteira, o que impulsionava a necessidade da criação de mecanismos defensivos propostos a região, sendo de extrema importância que a presença portuguesa fosse assinalada e visibilizada. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as “fortalezas do sertão”, são entendidas como fronteiras no interior da floresta, distantes de Belém e São Luís, a influência lusa se faz sobretudo, a partir desses espaços e seus agentes.

As fortalezas do Tapajós, Pauxis e Paru eram espaços que integravam as ações portuguesas no sertão do Baixo Amazonas. Alinhando-se a análise de Viana e Pompeu, quando enquadram o sertão amazônico, a partir do argumento de Daniel Nordman, como

⁴⁶ POMPEU. André José Santos. *Monções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. p.23.

“fronteira granular”. Ou seja, espaço em que se verifica pontos de presença portuguesa, locais que funcionavam como peças chaves no sertão.⁴⁷

Ao analisar as fronteiras da Amazônia, Alírio Cardoso, ressalta sua estreita relação com a conquista, sendo vista como “espaço desabitado”, conquistá-lo significava o controle por completo, incluindo seus habitantes, hábitos e culturas.⁴⁸ Complementando a noção de fronteira amazônica como espaço que envolve uma multiplicidade de questões, André Pompeu ressalta:

A ideia recorrente de fronteira está ligada a uma linha demarcadora, natural ou artificial, que delimita espaços estabelecidos geralmente por agentes diplomáticos, políticos e administrativos. Em pesquisa histórica, a fronteira precisa ser entendida de forma mais abrangente, deixando de lado o caráter de espaço a-histórico, a fronteira necessita de uma visão historicizante.⁴⁹

Em sua tese, Carlos Augusto de Castro Barros, assinala a fronteira “como uma zona de interações sociais, culturais, econômicas e políticas em uma espacialidade de definições incertas ou sujeitas a contestações quanto à sua soberania”.⁵⁰ Observada não apenas a partir de uma delimitação espacial, mais como uma área de interação em diferentes âmbitos, a fronteira também é palco de conflitos que se desenrolam na medida em que se tem diferentes agentes de exploração do espaço. O próprio estabelecimento na região de fortificações, localizadas em pontos cruciais de defesa, revelam conflitos envolvendo esses agentes, como é o caso da tomada da fortaleza do Parú, em 1697, destruída pelo franceses e sendo recuperada logo após pelos portugueses.⁵¹

Mesmo com percalços, a Coroa portuguesa, estava atenta a conquista da Amazônia, e com o conhecimento do interesse de outros países na região. Tais fatos, são visíveis nas documentações analisadas, ao serem relatadas diversas vezes a presença de “estrangeiros” no sertão, ou seja em áreas de fronteira, durante o período aqui analisado. Em carta de 1722, João Maia da Gama comunica ao rei a descoberta de minas de prata nas regiões

⁴⁷ POMPEU, André José Santos; VIANA, Wania Alexandrino. Sujeitos sertanejos na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *Revista História e Cultura*, vol. 9, n. 1, p.258-275, 2020.

⁴⁸ CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Maranhão (1607-1653)*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2002.

⁴⁹ POMPEU, André José Santos. Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira ocidental amazônica (Segunda metade do Séc. XVII). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. p. 1-20. Florianópolis, 2015.p. 03

⁵⁰ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos impérios: projetos, circulação e experiência na fronteira entre a capitania do Rio Negro e a província dos Maynas (1780-1820)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História social, Universidade de São Paulo, São Paulo 2013. p.26

⁵¹ CARTA dos oficiais da câmara de Belém para o rei D. Pedro II. 24 de julho de 1697 AHU, Avulsos Pará, caixa 4, d.338.

do Parú e Amazonas. O governador enfatiza que “consta que nas terras do Parú e nas terras que pertenceram aos franceses, há minas de prata”, e “cinco dias mais adiante para a parte do Sul”, as minas encontradas “junto as fortalezas do Tapajós”, pontuando que quanto aos castelhanos não tinha o que se temer, mas era necessário “cuidado e vigilância” aos franceses e holandeses.⁵²

Por isso, para conservar o monopólio da Coroa portuguesa e expandir fronteira, era necessário a execução de um projeto, que previa a exploração econômica do espaço.

(...) As bases sobre as quais se estruturou essa colonização estavam inseridas no contexto da expansão comercial europeia, o que significa dizer que a colonização do território brasileiro foi planejada dentro de um projeto de ampliação do poderio comercial lusitano. Fazia-se necessário fazer uma exploração econômica que possibilitasse um retorno a curto prazo.⁵³

Para estabilidade e concretização dos planos portugueses, a defesa e a ocupação eram os principais pilares. Dentre as ações ligadas ao povoamento da região, como por exemplo, a missão dos Tapajós verifica-se as doações de sesmarias e as fortificações. Este último, parecem terem sido conjugados tanto como vetores de ocupação, quanto de defesa. É sobre essas construções que vamos nos ater aqui.

Dada as condições do império português as três fortificações do Baixo Amazonas (Tapajós, Paru e Paúxis) foram levantadas com expressiva participação particular.⁵⁴ Esse tipo de empreendimento era uma alternativa para a administração lusa no sertão, a falta de recursos econômicos ampliava a atuação de indivíduos interessados na exploração desses locais.

É importante lembrar que havia urgência pela ocupação do sertão. Conforme destaca Arthur Reis, era necessário impedir a presença de franceses, holandeses e ingleses na região que já mantinham contatos com grupos indígenas, dominando grandes trechos no interior do vale, desde meados do século XVII, mantendo inclusive fortificações.⁵⁵

⁵² CARTA do governador, João da Maia da Gama, para o rei D. João V. 23 de agosto de 1722. AHU, Avulsos Pará, caixa 7, d.609.

⁵³ PEREIRA, Luciene Maria pires. Reflexões acerca da distribuição de terras no período colonial brasileiro: o caso das sesmarias. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • p. 1-17. São Paulo, julho, 2011. p.2

⁵⁴ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51.

⁵⁵ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. 1979.

Em requerimento de outubro de 1634, o capitão Aires de Sousa Chicorro, relata a ação de Bento Maciel Parente, ao ir “contra os holandeses e ingleses que estavam fortificados com trincheiras e fortes”, repelindo os invasores e “queimando duas casas fortes que tinham sido feitas, e apreendendo junto materiais de guerra e mercadorias.”⁵⁶ Conforme Joel Santos Dias menciona, “esses pequenos núcleos fortificados eram usados pelos invasores para o reconhecimento das terras e o contato com os índios dispersos em aldeias nas margens dos rios ou no interior do sertão.”⁵⁷ Isso resulta no interesse “estrangeiro”, que através de companhias, como as de Holanda, elaborou projetos e fez investimentos na Amazônia, movidos pela “cobiça mercantil”.⁵⁸

Nesse termos, como ressalta Anísio Jobim a “defesa do sertão amazônico sempre foi objeto de preocupação da metrópole portuguesa, que não cessou de mandar instruções e ordens a respeito da necessidade de guardar as posições já conquistadas”.⁵⁹ Por ter merecida atenção da Coroa, ao ser um eixo colonial importante que delimitava fronteira Oeste. Região banhada pelos rios Amazonas e Tapajós, que no geral, possuem uma extensa bacia hidrográfica, funcionando como meios efetivos de se ter acesso à região, pontuados por Norat e Costa:

Na densa floresta e às margens do Rio Amazonas e seus principais afluentes, encontram-se a maior concentração de suas fortificações. Estas, além de atuarem como principais vetores de ocupação regional desempenharam importante papel na fixação das fronteiras e na própria contenção das investidas de invasores, pois além dos portugueses, ingleses, franceses, holandeses e irlandeses participaram das investidas de ocupação e estabeleceram, em parte por meio das diversas estruturas fortificadas, permanentes ou transitórias sendo estas investidas posteriormente extinguidas pelos portugueses.⁶⁰

No Baixo Amazonas, as cidades de Santarém, Óbidos e Almeirim são posicionadas próximas a esses principais rios e afluentes, onde foram construídas as

⁵⁶ Requerimento do capitão Aires de Sousa Chicorro para o rei D. Felipe III. 18 de outubro de 1634. AHU, Avulsos Pará, caixa.1 d.36.

⁵⁷ DIAS, Joel Santos. “*Confuso e intrincado labirinto*”. Fronteira, território e poder na Ilha de Joanes (séculos XVII e XVIII)”. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará (UFPA) -PPHIST, Belém, 2016. p.207

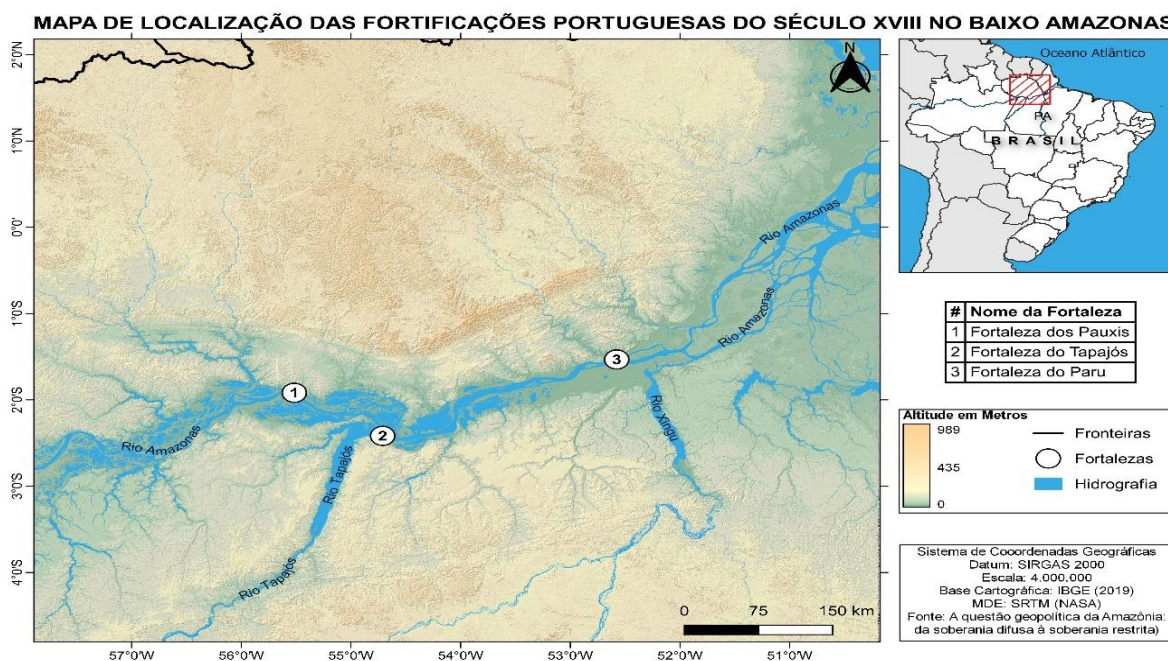
⁵⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161).

⁵⁹ JOBIM, Anísio. *O Amazonas sua História*. Ensaio antropogeográfico e político. Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1957

⁶⁰ NORAT, Roseane & COSTA, Marcondes. As fortificações da Amazônia: desafios e perspectivas para sua preservação. 1º *Simpósio Científico ICOMOS Brasil*, Belo Horizonte, 2017. p. 3

fortificações do Tapajós, Paúxis e Paru, com recursos da família Mota, em troca de mercês concedidas, em finais do século XVII.⁶¹

A fortaleza do Paúxis, inicialmente, em vez de ser localizada em Óbidos, estava projetada para ser erguida no Acaqui. Mas após sua vistoria no local, o governador Coelho de Carvalho ordenou que fosse construído “acima dos Tapajós no rio Amazonas, da parte do Norte, aonde estreita de calide, que qualquer peça alcança”.⁶² Assim, a fortaleza de Paúxis, foi erguida na parte mais estrita do rio Amazonas. No ponto exato “onde as margens do rio se tornam mais estreitas e o seu canal mais profundo, formando, como se diz na região, a “garganta do Rio Amazonas”, ou a “fivela do rio”, como preferem outros”.⁶³ Essas observações podem ser visualizadas a partir do mapa abaixo:



Assim como Óbidos, Santarém e Almeirim foram definidos como estratégicos, eram mecanismos permanentes de defesa com a função bem clara de proteger e ampliar o território.⁶⁴ Como já assinalado no capítulo anterior, a região possuía diversos recursos de rentabilidade para o império e por isso, as fortificações também deveriam atuar na

⁶¹ REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, Julho/Setembro, 1984.

⁶² REIS, Arthur César Ferreira. *História de Óbidos*. Civilização Brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979. p.17.

⁶³ COSTA, Graciete Guerra da. Fortificações na Amazônia. *Navigador* 20, 2014. p.113

⁶⁴ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979.

fiscalização de entrada e saída de indivíduos, junto as canoas no sertão, que subiam e desciam o Amazonas no descimento e resgates de índios ou para a colheita de drogas do sertão.⁶⁵

A atenção dada a região pela Coroa portuguesa pode ser atestada no quadro abaixo, referente ao envio de soldados para as fortificações das áreas centrais e as do sertão, realizado a partir dos mapas de infantaria, contidos em cartas enviadas ao rei de Portugal.

Quadro 1: número de soldados na guarnição das Fortalezas do Sertão.

Fortalezas do Baixo Amazonas	Total de soldados na guarnição				Fortalezas de Belém	Total de soldados na guarnição			
Ano	1731	1737	1741	1742	Ano	1731	1737	1741	1742
Fortaleza do Parú	06	06	04	08	Fortaleza das Mercês	03	01	03	01
Fortaleza do Paúxis	06	07	11	08	Fortaleza da Barra	03	09	05	07
Fortaleza do Tapajós	09	11	06	08	Fortaleza da barra	05	02	05	05

Fonte: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 12, D. 1141; Cx. 20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D. 2317

No quadro é possível verificar, nos anos 1730, 1737, 1741 e 1742, a guarnição enviada a capitania do Pará para seis fortificações. Três delas localizadas nas área centrais da capitania e três a Oeste no sertão. As fortificações do Baixo Amazonas receberam o maior número de soldados em todos os anos analisados. Em 1741, a fortaleza do Paúxis, chega a receber 11 soldados, totalizando mais que o dobro do quantitativo das fortificações de Belém que no máximo chegaram a 05. No geral, as fortalezas centrais possuíam 49 soldados, enquanto as do sertão possuíam 92 soldados. Os números reafirmam, portanto o conhecimento da Coroa e seu entendimento frente as potencialidades que obtinham aquele sertão.

Embora a Coroa portuguesa voltasse atenção para esses espaços militarizados no interior da capitania, durante a primeira metade do século XVIII, não foram poucos os documentos que retrataram problemas na estrutura das fortificações envolvendo seus inacabamentos e a falta de soldados para efetivar a defesa. Isso se dá pelos motivos aqui já abordados, quanto a questão da falta de recursos, e além disso, problemas característicos da região e a administração de particulares quanto a ocupação de cargos nas fortificações.

⁶⁵ REIS, Arthur César Ferreira. *História de Óbidos*. Civilização Brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979

Com base nisso, a figura dos engenheiros tem um papel fundamental, pois demonstram a preocupação lusitana com o estado das fortalezas, ao envia-los para que descrevessem e auxiliassem nos problemas encontrados na região. São os engenheiros responsáveis pelas informações do estado militar da capitania, ao atuarem na elaboração de relatórios, em detrimento de vistorias e jornadas, assinalando os reparos necessários e as ações de sujeitos que ocupavam cargos referentes a linha defensiva da capitania. De acordo com Wania Viana, três engenheiros em finais do século XVII e na primeira metade do século XVIII, possuíram a patente de sargento-mor do Estado. São eles Pedro de Azevedo Carneiro (1687-1693), José Velho de Azevedo (1693-1699) e Carlos Varjão Rolim (1723-1749). Os engenheiros também foram responsáveis pela elaboração do desenho das plantas das fortalezas e suas possíveis reconstruções.⁶⁶

Em 1695, através de relatório referente a capitania do Pará e São Luís, Pedro de Azevedo Carneiro, o engenheiro responsável por desenhar as plantas das fortificações, escreve sobre o desenho da fortaleza do Tapajós. “Em sua planta, possuía 4 baluartes e alicerces feitos para durar de 8 a 9 anos, como as fortalezas do Cabo Norte, da barra do Pará e Maranhão”.⁶⁷ Arthur Reis, enfatiza que pela situação geográfica, de fácil acesso por embarcações “estrangeiras” que cobiçavam terras e produtos, seria construída com o melhor material que a região pudesse fornecer, “para poder oferecer resistência aqueles concorrentes ousados”.⁶⁸

Os indígenas foram a mão de obra responsável para erigir a construção, sendo enviados 60 índios do Xingu, Guanacuará e terras anexas. Caso essas aldeias, não pudessem contribuir de forma satisfatória com a mão de obra que seria paga, elas deveriam ser buscadas nas aldeias do sertão. Além da provisão de mão de obra, a manutenção e despesas das obras no sertão, deveriam ser mantidas com colheita de drogas daquele mesmo sertão que no decorrer das obras, serviria para manter os gastos, no período de 4 anos. Essas despesas seriam de responsabilidade de Francisco da Mota que poderia até mesmo, realizar adiantamentos, a partir das vendas das drogas do sertão.⁶⁹ Ao que parece o sertão viabilizava a colonização.

⁶⁶ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.

⁶⁷ REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, Julho/Setembro, 1984.

⁶⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979. p.40.

⁶⁹ *Idem*.

Francisco da Mota Falcão e seu filho, Manoel da Mota de Siqueira, foram os respectivos superintendentes das fortificações do Baixo Amazonas. Por isso, a Coroa delegou para ambos o cargo de capitão da fortificação do Tapajós. As obras deveriam perdurar por 4 anos, e como já mencionado, seriam construídas com recursos próprios dos particulares.⁷⁰ No entanto, em 1688, em carta de falecimento de Francisco da Mota Falcão, há indícios que a Coroa portuguesa também esteve envolvida no custeamento das obras, pois o governador, Arthur Sá e Meneses, mencionava gastos de mais de 04 mil cruzados nas obras por intermédio de recursos da fazenda real. Sá e Meneses ainda acrescentava que o novo superintendente, Manoel da Mota de Siqueira, “não foi capaz de dar cabo as obras”.⁷¹ A própria contribuição da mão de obra indígena, citada acima, tinha sido feita pelas autoridades. Como resultado, tem-se em 1690, a carta régia, onde foi colocado em questão se o dito superintendente tinha “cabedal” suficiente para pôr em “última perfeição” as fortificações.⁷²

Conforme destaca Wania Viana, há três tipos de estratégias utilizadas pela Coroa para esses empreendimentos na Amazônia. São elas, o financiamento advindo de recursos particulares, o financiamento feito unicamente pela Coroa e por último, o financiamento misto, onde a Coroa e os particulares contribuíam com os gastos.⁷³ Por conta da limitação da documentação, não se tem informações mais claras sobre até que ponto a Coroa portuguesa contribuiu financeiramente na linha de expansão do Baixo Amazonas e qual a estratégia desenvolvida. Ao que parece, a família Mota tomou para si tal empreendimento, mas a Coroa fez interferências significativas, mesmo objetivando que o custo viesse dos particulares, tal como em outubro de 1688, em que Gomes Freire de Andrade comunicava a interrupção nos serviços dos Mota e propunha a Coroa que as fortificações se “levantassem pela real fazenda”,⁷⁴ resultando na análise de um empreendimento em sua forma mista, pelo qual a coroa e os particulares possuíam participação nos gastos desses espaços militares na região.

Ainda na carta de falecimento de Francisco da Mota, tem-se informações sobre como esses superintendentes atuavam, frente as suas obrigações. Ao ir acompanhado de um engenheiro, Arthur Sá e Meneses, averiguou como estava o andamento das obras e constatou

⁷⁰ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51.

⁷¹ CARTA do governador Arthur e Sá de Meneses para o rei D. Pedro II. 12 de março de 1688. AHU, Avulsos Pará. Caixa.3 D.269.

⁷² Carta Régia ao Governador do Maranhão, sobre o pedido de Manoel da Motta” 09/12/1690. AHU, cód. 268, caixa 04, f. 0370.

⁷³ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará* (primeira metade do século XVIII). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.

⁷⁴ Carta para do ex-governador, Gomes Freire de Andrade para o Rei D. Pedro II. 7 de outubro de 1688. AHU, Avulsos Pará. Caixa. 3 D. 274

somente os alicerces abertos, ou seja as fortificações estavam longe de serem concluídas. O governador ainda acrescentava que o novo superintendente, Manoel da Mota de Siqueira, “não foi capaz de dar cabo as obras”, informando a pouca utilidade que teve na construção da fortaleza do Tapajós.⁷⁵

Mesmo sendo apontada a incapacidade de Manoel da Mota de Siqueira, frente ao trabalho que herdara do pai, em 1695, ele é citado em relatório do engenheiro da capitania do Pará, Pedro de Azevedo, ocupando o posto de superintendente das fortificações desse sertão. Ao ter o posto que fora antes delegado ao seu pai, Manoel de Siqueira, até a data do relatório, não tinha finalizado as obras. O engenheiro aponta como um dos motivos do atraso o comportamento Manoel da Mota de Siqueira, que em vez de acudir as fortificações do Estado, “em dilatadas jornadas”, o dito superintendente, ficou a descansar, sem cumprir sua obrigação.⁷⁶ Ao que parece a família Mota estava mais preocupada com a inserção nas dinâmicas do sertão do que propriamente a defesa do Estado.

Situação não muito diferente se encontrava a fortaleza do Parú, obra também de incumbência também da família Mota. Pedro Carneiro, pontuava ser uma boa terra, mas era de responsabilidade de um “homem que ia mais a ganhar com sua majestade que servi-lo”. Podendo ser “fundado sobre uma rocha onde havia soma de pedra”, o dito superintendente, “cego a ambição”, optou por fazer “um lanço de parede de pau a pique”, e “em breve tempo se experimentou a ruína, sendo isto entulhado com faxina, para a banda da porta, de onde havia de ser mais fortificada, apodreceram os paus moles”. O engenheiro ainda destaca que Manoel da Mota se confiava “nas provisões que tem a sua Majestade para que os governadores não se intrometam nas ditas obras, dizendo não ser obrigado a fazer as ditas casas fortes mais do que pau e terra”.⁷⁷

Assim, sobre as medidas da Coroa portuguesa, a respeito dessas ações desencadeadas como resultado de serviços prestados dos particulares em pontos de defesa do Baixo Amazonas, André Pompeu ressalta:

Apesar do alerta sobre deixar um empreendimento tão importante, quanto de manter as fortalezas no Estado em boas condições, nas mãos de alguém que levanta suspeita de ser incapaz, o Estado português mantém a intenção de que o cabedal investido nessa obra seja de particulares que também teriam poder político sobre uma das fortificações em questão. Apesar do sistema de

⁷⁵ CARTA do governador Arthur e Sá de Meneses para o rei D. Pedro II. 12 de março de 1688. AHU, Avulsos Pará. Caixa.3 D.269.

⁷⁶ REIS, Arthur Cézár Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, Julho/Setembro, 1984.

⁷⁷ *Idem*. p.225

ocupação e colonização do espaço no sentido Leste-Oeste, a Coroa demonstra certa incapacidade em dar feito aos seus desígnios, tendo que constantemente recorrer aos cabedais particulares, ou mais propriamente dito, tendo que recorrer às redes internas para manter o espaço sob a sua intervenção.⁷⁸

Apoiada no que os particulares poderiam fornecer quanto aos recursos humanos e materiais, a Coroa intensificava a participação desses sujeitos na expansão da fronteira, priorizando a utilização de cabedais desses particulares, ainda que arcasse com certos custos. Apesar de existirem problemas quanto ao domínio lusitano desse espaço, Alírio Cardoso destaca que quando se trata da conquista por completo do Grão-Pará e Maranhão, sua ocorrência não é impulsionada apenas pelo interesse dos demais países em se estabelecer na região, mas também pela existência de um projeto de integração de uma área, delimitada como fronteira.⁷⁹

Nesse sentido, a vinda de sujeitos para a região se caracteriza também como parte desse projeto. Por desempenharem diversos serviços para a Coroa em outras partes da capitania e até mesmo nas demais partes do Império lusitano, solicitavam cargos para se inserirem na conquista do Estado.⁸⁰ Esses particulares ampliavam seu campo de influência na colônia, como é o caso já citado do cargo de capitão da fortaleza do Tapajós delegado à família Mota.

Embora as constantes queixas direcionadas a superintendência da família Mota no empreendimento das fortificações, é importante ressaltar que a estrutura defensiva do Baixo Amazonas não era um caso isolado e isso fica evidente em uma análise mais geral da capitania. Graciete Guerra da Costa aborda que as primeiras fortificações da Amazônia eram precárias. Muitas foram construídas de pau a pique, estacas de madeira e taipas.⁸¹

Por isso, as fortificações não permitiram o controle português por completo da região. Esse aspecto se estende durante toda a primeira metade do século XVIII, não somente na estrutura física das fortificações, mas também em outros fatores que compunham sua defesa, abordados pelo engenheiro José Velho de Azevedo, em 1714, no que diz respeito a

⁷⁸ POMPEU, André José Santos. *Monções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. p.48.

⁷⁹ CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n° 61, p.317-338, 2011.

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ COSTA, Graciete Guerra da. *“Fortes portugueses na Amazônia brasileira”*. Tese (pós-doutorado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Relações Internacionais. UNB: Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

falta de gente e armas para guarnição das fortificações.⁸² A partir da ótica dos relatos de engenheiros, Wania Viana descreve uma certa incongruência na colônia entre a falta de recursos e a necessidade de construção desses pontos militares.⁸³

Outro aspecto importante é o papel desempenhado por esses particulares no sertão. A família Mota, envolvida no embaraçoso projeto de construção de fortificações no Baixo Amazonas, ocupou o cargo de capitão da fortificação do Tapajós, de forma vitalícia como mercê real.

Todavia, para além dessa forma de acesso a esses espaços do sertão, há também a seleção, por meio de editais para ocupar os postos de capitães da fortaleza por um período de 3 anos, embora fosse comum perdurarem por mais tempo no posto, devido ao demorado processo que levava para a escolha do sucessor e sua devida posse, como é abordado por Rafael Ale ao analisar as patentes militares do Gurupá.⁸⁴

Ao serem aprovados na patente de capitão das fortificações, os particulares assumiam um papel primordial de comando nas linhas da fronteira que delineavam o sertão. Mesmo apresentando experiências no desempenho de serviços para a Coroa e valendo-se disso na conquista do cargo, somados aos fatores acima citados, nem sempre as ações desses sujeitos resultavam em benefícios para defesa local.

Em 1734, o governador do Estado, José da Serra, destacava a falta de cumprimento da promessa para edificação da fortificação do Paru, feita pelo capitão Luís Figueiredo. O governador alegava que o dito sujeito estava enganando o rei, por não se ocupar da sua obrigação.⁸⁵

Caso similar é do capitão Manoel Maciel Parente. Em dezembro de 1744, João de Abreu Castelo Branco, expunha ao rei D. João V, as diligências tomadas para a efetuação da prisão do capitão da fortaleza do Paúxis, Manoel Maciel Parente. O dito capitão concorreu ao edital no ano de 1737⁸⁶ e solicitou sua certidão de exercício no posto em 1740.⁸⁷ Dentre os

⁸² REQUERIMENTO de José Velho de Azevedo, para o rei D. João. 11 de agosto de 1714. AHU, Avulsos Pará. Caixa. 6, d. 507

⁸³ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará* (primeira metade do século XVIII). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.

⁸⁴ ROCHA, Rafael ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: Poder, hierarquia e comunidades indígenas* (século XVII). Tese de doutorado em História Social. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal do Fluminense. Niterói, 2013.

⁸⁵ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, José da Serra, para o rei D. João V. 4 Agosto de 1734. AHU, Avulsos Pará. Caixa, 16 d. 1523.

⁸⁶ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 6 de maio de 1737. AHU, Avulsos Pará. Caixa 20, D.1844.

⁸⁷ REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza dos Pauxis, Manuel Maciel Parente para o rei D. João V. 11 de agosto de 1740. AHU, Avulsos Pará. Caixa. 23, D. 2189.

seus compromissos, como capitão, estava o de impedir o trânsito de canoas que passavam na fortificação sem a devida licença e “cuidar da conservação dos índios da aldeia agregada a dita fortaleza por estarem destinados ao serviço ao rei”⁸⁸, função que não estava muito preocupado em desempenhar.

Arthur Reis ressalta a importância policiadora que a fortificação de Paúxis possuía na vigilância de canoas que passavam por ali. Ora, “toda embarcação que passava à vista do presídio deveria ser vistoriada para o pagamento dos dízimos à Coroa real”.⁸⁹ No entanto, o dito capitão se portava de forma contrária as ordens do rei, ao emitir certificações para canoas que passavam pela fortificação destinadas a negócios não permitidos.

Além disso, ausentava-se sem a devida licença da fortificação pela qual era responsável, passando “a maior parte do ano em um sítio que faz distância de 7 léguas”, deixando a fortificação “sob poder dos soldados”, ou seja, sem o comando necessário de um capitão.⁹⁰ Além disso, criava conflitos com os indígenas, pelo excesso de trabalho dados a eles, fator que será aprofundado no terceiro capítulo.

Somado a isso, outro dos problemas apontados por Wania Viana em sua tese, é a especificidade da região amazônica, quanto ao clima e intensidade das chuvas, o que por vezes, resultava no retardamento de entrega das obras.⁹¹ Ainda em relatório de 1695, Pedro Carneiro destacava a urgência de uma reforma do forte do Paru “pelas contínuas chuvas daquelas terras”.⁹² As técnicas trazidas da Europa, necessitavam passar por adaptações locais. Viana aponta a Amazônia, como um verdadeiro “laboratório de práticas”, onde se tem construções e reconstruções baseadas nos diversos tratados produzidos nos países europeus, a partir dos problemas constatados, como a intensidade das chuvas, o inverno e as distâncias do sertão.⁹³

No caso da linha de fortificações construídas no Baixo Amazonas, Francisco da Mota se comprometia a entregá-las em um período relativamente curto para tal

⁸⁸ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 2 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Caixa 27, d.2571.

⁸⁹ REIS, Arthur César Ferreira. *História de Óbidos*. Civilização Brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979 p.18

⁹⁰ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 2 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Caixa 27, d.2571.

⁹¹ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará* (primeira metade do século XVIII). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019. p.139.

⁹² REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, Julho/Setembro, 1984. p.225

⁹³ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará* (primeira metade do século XVIII). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.

empreendimento, mas apenas em 1716, em alvará de seu filho, Manoel da Mota, pela solicitação do foro de fidalgo, se tem “indícios” do término das obras.⁹⁴

Devido ao demorado processo para a conclusão das suas construções, as fortificações não mostravam total eficiência nas funções que deveriam exercer no que diz respeito ao controle da circulação de pessoas ao sertão.⁹⁵ Tal fator resultava na precariedade de defesa frente aos inimigos. Em 1697, os oficiais da câmara de Belém solicitavam socorro devido à pressão de franceses que destruíram parte da fortaleza do Paru. Alegavam a falta “tanto de mantimentos, como de defesa, gente e armas”⁹⁶, cenário também abordado na crônica de Bettendorf.⁹⁷ Não só a forma física das fortificações se achava comprometida, mas também todo o cenário que compunha a defesa daquele sertão.

A partir do que foi abordado, nota-se a preocupação da Coroa em estabelecer polos de presença no sertão do Baixo Amazonas e por conta da falta de recursos, confiou aos particulares a missão de expansão e proteção da fronteira. Atuando na construção e nos cargos das fortificações, esses indivíduos estabeleciam dinâmicas próprias ao sertão e certamente suas condutas se projetavam na defesa do espaço. São eles que colonizam o espaço e criam relações, a partir da resolução dos problemas locais como o clima da região, a falta de recursos humanos e a relação com os indígenas, projetando nesse espaço também seus interesses pessoais, a partir de uma certa autonomia que a distância da metrópole concedia. O próximo capítulo tratará exatamente dos interesses pessoais desses indivíduos e sua trajetória, que viam na colonização da região do Baixo Amazonas uma forma conseguir benefícios, através das mercês e demais benefícios que o sertão poderia fornecer.

⁹⁴ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243.

⁹⁵ POMPEU, André José Santos. Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira ocidental amazônica (Segunda metade do Séc. XVII). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. p. 1-20. Florianópolis, 2015.

⁹⁶ CARTA dos oficiais da câmara de Belém para o rei D. Pedro II. 24 de julho de 1697 AHU. Avulsos Pará, caixa 4, d.338.

⁹⁷ BETTENDORF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1698)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I, 1910. (1698).

CAPÍTULO 03.

PARTICULARES NA FRONTEIRA

Em 1684, Francisco da Mota Falcão solicitava o título de fidalgo, utilizando como justificativa os serviços prestados à Coroa portuguesa, evidenciando sua atuação no eixo defensivo do Baixo Amazonas, com a construção de fortificações na região. Consta também no documento que as mercês deveriam ser estendidas ao filho, Manoel da Mota de Siqueira, em caso de seu falecimento.⁹⁸

No processo de avanço da fronteira colonial para o Baixo Amazonas, a documentação até então analisada, aponta a existência de diversos sujeitos com forte engajamento na conquista da região. A família Mota é um dos exemplos mais notórios, do que resultou também a solicitação de diversas mercês. O projeto lusitano de expansão, por esses particulares significava também uma forma de atingir interesses pessoais, a partir da prestação de serviços. Este capítulo, busca verificar a ação desses particulares para além da ocupação de postos nas fortalezas da região, como o envolvimento em outros tipos de negócios que poderiam lhes fornecer ganhos pessoais.

Sabe-se que a ocupação militar foi um dos pilares para a expansão do império português na Amazônia. Diversos eram os desafios, já destacados aqui, de quem se prontificava a embarcar para uma região pouco conhecida participando de jornadas e demais expedições. Conforme lembra Mauro Barreto “a implantação de uma colônia numa região tão afastada não poderia ser tarefa fácil”.⁹⁹ Como destacou-se, na região do Baixo Amazonas os particulares lançaram-se na empreitada. Mas afinal, o que motivava esses indivíduos?

Ao projetar olhares sobre esse espaço, a Coroa, os confiou a missão de expandir fronteiras e proteger o espaço como vassalos, característica imprescindível no que tange ao recebimento dos títulos de nobreza.¹⁰⁰

A concessão de privilégios fornecidos, não é um fato novo. Joel Santos Dias, destaca que a monarquia portuguesa tinha como prática a premiação de indivíduos que cumpriam com os seus serviços e se sobressaíam na árdua tarefa de conquista.¹⁰¹ O

⁹⁸ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51.

⁹⁹ BARRETO, Mauro Vianna. *Soldados, Comerciantes, Colonos e Índios: A disputa europeia pela Foz do Amazonas*. Editora Estudos Amazônicos. 1º ed. Pará. 2016. p.83.

¹⁰⁰ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense* n° 02, p.21-34, novembro de 2005.

¹⁰¹ DIAS, Joel Santos. “Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)”. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - UFPA*. Belém, 2008.

compromisso com as vontades do rei, resultava em benefícios almejados por quem se prontificava a cumpri-las.

Em 1634, em requerimento, Aires de Sousa Chicorro, assinalava ter embarcado a mais de 15 anos na conquista do Maranhão e Grão-Pará na qual “padeceu de sede, fome, frio, e com grandes trabalhos a serem realizados”. Acompanhou o capitão do Grão-Pará, Bento Maciel Parente, enfrentou inimigos no “mar e na terra” e por esses serviços, requisitava da Coroa a concessão do foro de fidalgo, e mais duzentos cruzados.¹⁰²

Nessa perspectiva, Ana Pereira Caldas ressalta que a participação de particulares na conquista resultava também de uma apropriação do mundo Colonial. Ao relatarem seus feitos, por meio de um discurso heroico de conquista no povoamento, nas guerras, combates e levantes, esses sujeitos buscavam enaltecer suas ações para adquirirem reconhecimento social, e serem considerados aliados imprescindíveis no projeto colonial. A busca por valorização própria deveria resultar na conquista de uma posição de vencedores como justificativa no recebimento de mercês.¹⁰³

Alírio Cardoso lembra a rápida aceitação, para o desempenho de serviços na colônia, pois como abordado no primeiro capítulo, os benefícios a quem se comprometia a realizar os objetivos do rei, eram vastos. Por isso, muitos sujeitos que já haviam transitado por outras partes do império, até mesmo fora da América portuguesa, solicitavam cargos à Coroa para embarcarem na conquista do Estado do Maranhão.¹⁰⁴

Em 1748, Pedro Alvares Borges, se candidatava, por meio de um edital, para o posto militar de capitão da fortaleza de Paúxis. Em meio aos seus serviços prestados, citava a estadia voluntária, no Estado da Índia, onde serviu por mais de três anos. Chegou ao Estado do Maranhão em 1732, e dentre os postos que ocupou destaca-se o de capitão da fortaleza de Nossa senhora das Mercês, em 1737. Outro sujeito que concorre ao dito posto é Cipriano de Matos Monteiro que apresentou viagens realizadas para o reino de Angola, tendo também atuação na cidade do Rio de Janeiro, ao administrar um contrato para a nomeação do comando de uma expedição em socorro da praça da dita cidade.¹⁰⁵ Embora, a documentação não aponte a ocupação do cargo por esses indivíduos, fica evidente o interesse em ocupá-los.

¹⁰² REQUERIMENTO do capitão Aires de Sousa Chicorro para o rei D. Felipe III. 18 de outubro de 1634. AHU. Avulsos Pará, caixa 01, D.36.

¹⁰³ COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica, (1735-1777). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

¹⁰⁴ CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p.317-338, 2011.

¹⁰⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 27 de julho de 1748. AHU, Avulsos Pará, caixa 30. D. 2880.

O deslocamento de sujeitos atuantes na área central do Estado, para esses espaços, também ocorria na medida em que à Coroa se empenhava em dar segmento a expansão da fronteira colonial, ao objetivar a gerência dos sertões amazônicos na tentativa de inclui-los definitivamente ao império lusitano.

A partir disso, um fator de extrema importância para este trabalho, é o interesse dos particulares em ocupar postos no sertão, ou seja, a questão é: o que impulsionava sujeitos a prestarem serviços para à Coroa, e até mesmo, investirem cabedais próprios na colonização da região do Baixo Amazonas? Analisemos, pois, alguns percursos, a partir do quadro abaixo, composto de sujeitos que ocuparam postos militares nas fortificações do Baixo Amazonas, em finais do século XVII e na primeira metade do século XVIII.

Quadro 02: Capitães das fortificações do Baixo Amazonas

Período de ocupação do posto	Nome	Posto	Local
1684 -1688	Francisco da Mota Falcão	Capitão de fortaleza	Tapajós
1688-1737	Manoel da Mota de Siqueira	Capitão de fortaleza	Tapajós
1745-1751	André Miguel Aires	Capitão de fortaleza	Tapajós
1716 -1735	Inácio Leal de Moraes	Capitão de fortaleza	Paúxis
1740-1744	Manoel Maciel Parente	Capitão de fortaleza	Paúxis
1745-1751	Gonçalo Gomes	Capitão de fortaleza	Paúxis
1722-1724	João Botelho da Costa	Capitão de fortaleza	Paru
1733-1743	Luís de Miranda e Figueiredo	Capitão de fortaleza	Paru
1748	Francisco Xavier Botero	Capitão de fortaleza	Paru

Fonte: *AHU*, Avulsos do Pará: Cx. 11, D.963; Cx. 12, D. 1106; Cx.18 D.1685; Cx. 20, D. 1844; Cx. 23, D. 2189; Cx. 27, D. 2571; Cx. 28, D. 2616; Cx. 29, D. 2744; Cx. 3, D. 269; Cx. 28, D. 2594; Cx. 31, D. 2909; Cx. 28, D. 2623; Cx. 32, D. 3037; Cx. 15, D. 1424; Cx. 16, D. 1523; Cx. 25, D. 2389; Cx. 29, D. 2724. *ANTT*, Registo Geral de Mercês: liv. 1, f.51; liv. 1, f.376v; liv. 8, f.243.

É importante destacar que por conta da fragmentação da documentação não se tem acesso a certidão de patente para confirmação dos postos de todos os indivíduos listados acima, o que impossibilita estabelecer uma ordem cronológica na qual sujeitos assumiam o posto e a concessão de baixa dos serviços prestados. Sobre Inácio Leal de Moraes, por exemplo, consta apenas um requerimento e duas cartas, informando sua atuação derivada do seu posto de capitão da fortaleza de Paúxis. Logo, os documentos utilizados são os que

abordam os nomes, vinculados ao exercício do posto em questão. Assim, o encaminhamento da análise, se dará a partir dos eixos de defesa estabelecidos no Baixo Amazonas colonial, junto aos indivíduos atuantes nos postos citados no quadro acima.

3.1 AÇÃO DA FAMÍLIA MOTA EM SANTARÉM: POSTOS, TÍTULOS E POSSES.

É evidente que a busca por mercês era um dos fatores de interesse na expansão colonial. Francisco da Mota Falcão, responsável pela construção das fortificações no Baixo Amazonas, em 1684, tratou logo de conseguir em forma de mercê, o posto de capitão da fortaleza do Tapajós de maneira vitalícia e no mesmo ano, realizou a cobrança da promessa do foro de fidalgo, já que segundo ele, possuía os requisitos necessários de enquadramento da nobreza.¹⁰⁶

Esses requisitos derivaram das formas que o sistema de Antigo Regime adquiriu na Amazônia colonial, a partir da própria ampliação na composição social da nobreza. Ser nobre, nesse momento, como destaca Nuno Monteiro, incluía características mais diversas, a partir de uma diversidade de funções distintas das realizadas pelos nobres tradicionais.¹⁰⁷ Portanto, muitos dos títulos que fundamentavam a hierarquia do sistema na conquista, eram doados em forma de mercês.

Cabe ressaltar que os serviços já desempenhados, junto ao bom êxito na forma de lidar com os desafios impostos, eram fatores decisivos para conseguir a ocupação de postos desejados e acesso a outras benesses. Ao tomar pra si o financiamento de fortificações no sertão, Francisco da Mota Falcão também possuiu outras linhas de atuação no Estado do Maranhão.

Ele era natural de Portugal, morava no Pará. Arthur Reis o caracteriza como um “homem de personalidade na sociedade local.”¹⁰⁸ Entende-se que era conhecido e possuía relevância no espaço.¹⁰⁹

Suas primeiras ações no Estado do Maranhão, são citadas em uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei, em 1685, na qual Francisco da Mota Falcão é relacionado a partir de uma viagem realizada como delegado de Gomes Freire de Andrade, sendo o

¹⁰⁶ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro P, liv. 1, número de ordem 37, f.376v.

¹⁰⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social*, vol. XXXII (2º), n°141, p. 335-368, 1997.

¹⁰⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. 1979. p.40

responsável, junto a Jacinto de Moraes Rego, por trazer informações do Estado no qual se encontravam as terras em questão.¹¹⁰ Segundo Arthur Reis, Francisco da Mota foi um dos primeiros a desembarcar no Estado do Maranhão. Consta que por meio dessa ação, mostrou-se um “mediador hábil” ao entrar em contato com os moradores e constatar que tudo estava sob controle.¹¹¹

Arthur Reis relaciona essa viagem com a Revolta de Beckman, ao ressaltar a colaboração realizada “com as autoridades legais na pacificação dos espíritos”. Além disso, o autor destaca uma participação de Francisco da Mota no comando de uma entrada no Tocantins, “contra paulistas que praticavam tropelia sobre os índios daquele curso fluvial”.¹¹²

No entanto, a atuação de Francisco da Mota não se restringiu aos interesses da Coroa. Por ser um particular vinculado ao posto de capitão da fortificação do Tapajós e responsável pela superintendência dos demais eixos de defesa, em Óbidos e Almeirim, exerceu influência em uma vasta região. Francisco da Mota, de certa maneira, possuía autonomia e liberdade de atuação, já que a gerência desses espaços era complexa, tendo em vista os diversos entraves que a ocupação portuguesa enfrentava.

A ocupação do posto militar na fortaleza dos Tapajós, por exemplo, lhe permitiu acesso as rotas de navegação do sertão. Em 1688, o ex-governador, Gomes Freire de Andrade, escrevia para o rei a respeito da interrupção na construção da linha de fortificações, solicitando que Francisco da Mota desse conta do cravo que havia tirado daquele sertão.¹¹³ Ora, não podemos esquecer, a expansão da fronteira, seguiu também uma lógica de interesses dos próprios indivíduos, não somente conectada ao desejo de ascensão na hierarquia social, visualizado em títulos e cargos, mas também no que o sertão poderia fornecer de rentável.

Conforme destacou-se no primeiro capítulo, o espaço era alvo de profundo interesse dos diversos agentes em busca de favorecimento, por conter as drogas do sertão e a mão-de-obra indígena. Nesses termos, Wania Viana enfatiza “que na experiência colonial, as práticas defensivas atrelaram-se também a estratégias de enriquecimento que se vinculavam à

¹¹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. 15 de novembro de 1685. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx.6, D.731.

¹¹¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. 1979.

¹¹² REIS, Arthur César Ferreira. *História de Óbidos*. Civilização Brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979. P.17

¹¹³ Carta do ex-Capitão- General do Estado Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Gomes Freire de Andrade, para o rei D. Pedro II. 7 de outubro de 1688. AHU, Pará. Cx. 3, D.274.

exploração dos recursos que as conquistas poderiam oferecer”.¹¹⁴ As estratégias de inserção da parte dos particulares eram múltiplas.

Nesse contexto, ao solicitar o comando das obras, Francisco da Mota já colocara seu filho à disposição para o cumprimento do mesmo serviço, conforme consta em alvará: “(..) e a mesma mercê se cumprira com seu filho Manoel da Mota de Siqueira no caso de falecimento de Francisco da Mota Falcão”¹¹⁵, o que se concretiza em 1688, em carta, quando o governador, Artur de Sá e Meneses, comunica ao rei seu falecimento.¹¹⁶ Mesmo com alguns entraves, Manoel da Mota, deu seguimento as obras, ocupando o posto e como seu pai, realizou solicitações, quanto ao posto vitalício na fortaleza e ao título de fidalgo.¹¹⁷

Em 1723, já como capitão da fortificação do Tapajós, Manoel da Mota é citado em uma carta de doação de sesmaria. A terra solicitada por Caetano José de Castelo que mencionava ser casado com a filha do “governador” da fortaleza do Tapajós, Manoel da Mota. Sendo instrumentos utilizados para incentivar a produção e consolidar a ocupação, as sesmarias, impunham o cultivo da terra¹¹⁸. Caetano de Castelo, alegava a necessidade de obtê-la, pois não possuía terras para fazer lavouras de cacau.¹¹⁹ Por ser um homem que ocupava um posto militar importante, concedido pela Coroa portuguesa, Manoel da Mota é citado possivelmente pela influência que exercia, fator que poderia facilitar na dita concessão da terra, ao ser enfatizado um suposto parentesco. A documentação sugere, portanto, que a família Mota estava envolvida no sertão em múltiplas dinâmicas, na administração da fortaleza do Tapajós, posto vitalício e hereditário, a exploração do cravo e lavoura de cacau para o que requerem sesmarias.

Outro aspecto a se destacar é que nas documentações referentes a Manoel da Mota de Siqueira não se tem serviços prestados a Coroa portuguesa, o que dá a entender que ele não chegou a desempenhá-los antes de assumir o cargo que antes era de seu pai, ou seja, para conseguir a superintendência das fortificações, mais as mercês atrelados ao posto, ele utilizou apenas a influência e os serviços prestados por seu pai, Francisco da Mota, citadas na documentação, por ser um sujeito com “atuações notáveis” no Estado do Maranhão. Em 1716,

¹¹⁴ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará* (primeira metade do século XVIII). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.

¹¹⁵ ANNT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.376v. 1684.

¹¹⁶ CARTA do governador Arthur e Sá de Meneses para o rei D. Pedro II. 12 de março de 1688. AHU, Avulsos Pará. Cx.3, D.269.

¹¹⁷ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243. 1717.

¹¹⁸ VIDAL Marly Camargo & MALCHER Maria Ataíde. *Sesmarias Instituto de Terras do Pará*. Iterpa: Belém, 2009.

¹¹⁹ Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Iterpa. Carta de Sesmaria. Livro: 01, documento: 11, folha: 11 v. 21 de Outubro de 1723.

em alvará, Manoel da Mota, diz estar com as obras das fortificações finalizadas e por satisfazer as condições “com qual haviam dado ao seu pai a mercê do governo”, solicitava o despacho do posto o qual ocupava, além de requerer o foro de fidalgo, também solicitado por seu pai, obtendo aprovação em abril de 1717.¹²⁰

Em seus estudos sobre os discursos de nobrezas produzidos durante o Antigo Regime, em Pernambuco, Daniela Pereira Bonfim destaca que muitas solicitações de títulos de nobreza acompanhavam feitos e serviços prestados ao rei por familiares¹²¹, o que era uma forma de facilitar a concessão do título. Ao que parece esta foi a estratégia usada no caso da família Mota, em que buscava-se estabelecer a renovação de acordos com a Coroa, reforçando a permanência no posto, a partir da importância de qualidades, valores e serviços dos antepassados.

Conforme destaca Carlos Mathias “há de se notar, esse era o melhor argumento na reivindicação do direito à herança dos privilégios dispensados aos parentes e ascendentes”.¹²² A documentação não traz quando Manoel da Mota deixou o posto de governador da fortificação do Tapajós. Segundo Arthur Reis, apenas em 1737, pediu sua baixa na administração da praça do Tapajós. Ao alegar seus serviços, pediu ao governador que o seu substituto fosse seu filho, João da Mota Siqueira, sendo satisfeita sua vontade.¹²³ Ou seja, um domínio no sertão que se pretendia estender por três gerações.

Não se tem indícios da atuação de João da Mota Siqueira em serviços para a Coroa e nem se chegou de fato, a assumir o posto em questão. Logo, não se sabe se ele teve uma carreira na área militar, a partir das influências da família. Mas, mesmo que de fato não viesse a ocupar o cargo, a ação de seu pai e avô, demonstra o interesse em continuar exercendo influência naquele sertão, através da permanência de uma linhagem, característica comum ao funcionamento do sistema de Antigo Regime. Rafael Ale pontua que quando decidiam permanecer na colônia, além do recebimento de mercês, procuravam legar aos seus

¹²⁰ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243.

¹²¹ BONFIM, Daniela Pereira. Em busca da distinção inquestionável – discursos e justificação de nobreza (Pernambuco: 1761-1807). XXIX Simpósio de História Nacional. Brasília, 1º ed. 2007. p 1-17.

¹²² MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. “Estando na real lembrança de El-Rei: a utilização dos feitos na revolta de 1720 na busca por mercês e privilégios”. *Anais do I Colóquio do LAHES*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 13 a 16 de junho, 2005. p. 8.

¹²³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. 1979.

sucessores os mesmos privilégios¹²⁴. Por ser fornecido de forma vitalícia, a família Mota permaneceu no comando da fortificação do Tapajós por mais de 50 anos.

Apenas em 1745, tem-se a abertura do edital para concorrência do posto, e a justificativa parte de estar vago em decorrência do falecimento de Manoel da Mota de Siqueira. Agora não mais por mercê vitalícia, o posto tinha validade de três anos, ao seguir a mesma lógica de outros editais. Assim, em junho, André Miguel Aires se apresenta como o único concorrente.¹²⁵ Consta que em março de 1745, André Aires já estava no posto, provido pelo governador do Estado do Maranhão,¹²⁶ sendo o edital mais uma forma de confirmação do posto pela Coroa ao apresentar seus serviços realizados.

Para a concretização no cargo, através da concessão da Coroa, André Aires apresentou suas atuações na capitania derivadas de 4 anos, um mês e dez dias em praça de soldado do Gurupá e atualmente na fortificação do Tapajós. É enfatizado o desempenho “nas suas obrigações com tal atividade que foi mandado em companhia do Capitão-mor, e cabo de tropa de resgates ao Rio Negro por ausência do qual a governou ocupando o posto de segundo cabo dela” atuando com notável procedimento, “principalmente na ocasião, em que foi mandado pelo mesmo Capitão-mor a pacificar a sublevação e guerra que havia entre vários índios” pacificando os conflitos e preservando a tropa. André Aires mostrava-se empenhado na doutrina militar dos soldados.¹²⁷

Mesmo sob comando da fortaleza do Tapajós, Aires demonstrava interesse no posto da fortaleza de Paúxis, ao concorrer em 1748, ao edital, junto a Cipriano de Matos Monteiro e Pedro Alvares Borges.¹²⁸ Não se sabe o que motivou a sua tentativa, se foi devido ao tempo de serviço na fortificação do Tapajós está na reta final do prazo de 03 anos, ou objetivos particulares. O fato é que André Aires demonstrava interesse em permanecer ocupando postos na capitania e por isso, buscava transitar em diferentes partes. Até 1751, a

¹²⁴ ROCHA, Rafael ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: Poder, hierarquia e comunidades indígenas* (século XVII). Tese de doutorado em História Social. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal do Fluminense. Niterói, 2013.

¹²⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. AHU, Avulsos Pará. 28 de junho de 1745. Cx. 28, D. 2623.

¹²⁶ REQUERIMENTO de André Miguel Aires para o rei D. João V. AHU, Avulsos Pará. 26 de março de 1745. Cx. 28, D. 2594.

¹²⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. AHU, Avulsos Pará. 28 de junho de 1745. Cx. 28, D. 2623.

¹²⁸ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. AHU, Avulsos Pará. 27 de Julho de 1748. Cx. 30, D. 2880.

partir de requerimento, André Aires ainda aparece como capitão da fortaleza do Tapajós, ao solicitar residência do posto que exercia, perdurando sua estadia por 06 anos.¹²⁹

A partir da ocupação do posto na fortificação do Tapajós, notam-se as formas de acesso da família Mota as diversas mercês e negócios que eram possíveis, graças a expansão para o sertão. As solicitações de títulos de foro de fidalgo, sesmarias, e o interesse e preenchimento de postos por um longo período, evidenciam práticas atreladas ao benefício familiar e pessoal de indivíduos que eram peças importantes para a Coroa portuguesa no avanço de fronteira para esses espaços. Esse aproveitamento de políticas criadas pela Coroa é um fator que ganha ênfase na dinâmica do sertão. Vejamos outros casos.

3.2 AÇÃO DE MILITARES EM ÓBIDOS: MERCÊS, ABUSOS E VIOLÊNCIA

Ao priorizar sujeitos que possuíam experiência ao lidar com as dinâmicas do sertão, a Coroa portuguesa, por meio de editais, selecionava indivíduos para a ocupação de postos militares. As diversas atividades desenvolvidas pelos candidatos eram relatadas nas folhas de serviços prestados, com o objetivo de auxiliar na escolha da Coroa na concessão e nomeação do posto concorrido.

Com a oportunidade de progressão da carreira, esses sujeitos buscavam sempre ocupar postos que auxiliassem em mais conquistas de mercês e no aumento dos seus cabedais. Em maio de 1737, por meio da Consulta ao rei D. João V, para a nomeação do capitão-mor para Paúxis, Manoel Tavares Rodrigues, José Pereira Caldas e Manoel Maciel Parente, apresentaram-se como possíveis opções para presidir o posto.¹³⁰

Manoel Rodrigues era cavaleiro professo da ordem de cristo e possuía mais de 06 anos em praça de soldado como capitão da infantaria das ordenanças militares da capitania. Em 1719, foi ao forte da Bahia por haver notícias que naus francesas queriam ali fazer entrada e pela ameaça não ter sido concretizada, foi em direção a fortaleza de Cabedelo, onde também se tinha também ameaça dos franceses que se armavam para invasão da praça. Consta que Manoel Tavares, estava sempre pronto aos serviços que lhe eram oferecidos e dentre eles,

¹²⁹ REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza dos Tapajós no distrito do Pará, André Miguel Aires, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. AHU, Avulsos Pará. 28 de Abril de 1751.

¹³⁰ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 06 de maio de 1737. AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D. 1844.

acompanhou João Maya da Gama em diversas marchas, operações e diligências, servindo também como oficial da secretaria do governo.¹³¹

Outro candidato ao posto foi José Pereira Caldas. Dentre os documentos, apresentava duas patentes datadas de 1732 passadas pelo governador, José da Serra, “uma de capitão mor de Cametá e a outra de capitão de guarda do mesmo governador”, uma certidão de residência e três outras certidões sendo uma de ouvidor geral do Pará, outra de provedor da fazenda e outra de secretário do Estado, além de haver servido voluntariamente em praça de soldado na capitania de São Luís, em 1732. No entanto, o candidato em questão não realizou a comprovação de ofícios.¹³²

Manoel Parente, contemplado com o posto de capitão da fortaleza de Paúxis, por meio desse edital, apresentava uma extensa lista de serviços realizados para a Coroa. Em praça de infantaria da capitania serviu mais de 24 anos, sendo voluntário em cabo de esquadra, ajudante de granadeiros, capitão no presídio de Santa Ana do Macapá e também capitão da fortaleza do Rio Negro. Em 1711, trabalhou nos preparos da fortaleza do Rio Negro, fazendo “faxinas, reparos, plataformas, redutos, fortins” e “carregando terras e matos para aquela obra”. No ano posterior, foi sargento de uma companhia na qual atuou contra os castelhanos que destruíram aldeias portuguesas e aprisionaram soldados da fortaleza do Rio Negro, restaurando novamente as missões e aldeias e prendendo alguns castelhanos.¹³³

Diferentes dos outros candidatos, além de atuar contra os inimigos franceses, Manoel Parente menciona as diversas guerras nas quais esteve envolvido, contra grupos indígenas. Em 1717, foi sargento na guerra que se fez aos indígenas Araguamas e [Iaravaris] e outras nações por insultos que tinham cometido, e fez “presas grandiosas, se portando com grande vontade em todo o trabalho, tendo o encargo de uma das canoas de infantaria, munições, e mantimentos de boa conta sem faltar ao bom trato dos soldados, índios e sentinelas.”¹³⁴

Consta também ter atuado em guerras no rio Madeira, contra a nação Mura, aprisionando boa parte deles. Em 1719, como sargento, foi nomeado para cuidar das canoas, tropas e mais diligências, foi as aldeias tirar índios remeiros e cavaleiros para o real serviço. Em 1721, foi a aldeia Aricuru apreender índios que se revoltaram contra os missionários, se portando com ânimo na dita tarefa. Atuou contra os franceses em 1729, ao fundar um arraial

¹³¹ *Idem.*

¹³² *Idem.*

¹³³ *Idem.*

¹³⁴ *Idem.*

que impedissem a sua entrada e comércio. Em 1730, foi a vila de Cametá prender soldados da praça que tinham desertado e alguns criminosos.¹³⁵

A partir da variedade de serviços prestados, listados acima, em 1740, por meio de requerimento, Manoel Maciel Parente solicitava a certidão de exercício do posto de capitão da fortificação do Pauxis.¹³⁶ Acredita-se que por sua vasta experiência no trato dos indígenas e pelo maior tempo de serviço foi agraciado com o posto que desejava no sertão.

No entanto, em 1744, durante o período de ocupação do posto, Manoel Parente cometeu diversos delitos e por isso, o governador do Estado do Maranhão, João de Abreu de Castelo Branco, solicitava a efetuação de sua prisão.¹³⁷ Dentre esses delitos, prioriza-se neste texto, os conflitos gerados a partir da utilização da mão de obra indígena. O dito capitão, deveria cuidar da conservação dos índios na fortaleza do Pauxis, e destinados aos seus serviços, deveriam ser pagos os seus salários.¹³⁸

A utilização da mão de obra indígena nas tarefas relacionadas a conquista colonial, é destacada por Chambouleyron, Melo e Bombardi. O acesso a essa mão de obra, era realizado por meio de descimentos. “os índios livres descidos garantiam os interesses de todos os grupos coloniais lusos. Os descimentos abasteciam de índios os aldeamentos, de onde eram repartidos pelos moradores, para que realizassem serviços reais (...)”¹³⁹, como é o caso dos desempenhados na fortaleza do Paúxis.

Mas, o trato dos indígenas por Manoel Parente, era de “tanta crueldade e aspereza” que não só não pagava o serviço que realizavam, como também os mantinha “quase sempre ocupados, motivo pelo qual “todos estão armando contra ele”, além de entregá-los a outros “particulares para se aproveitarem do seu trabalho a todo tempo que queriam”, sem conceder o tempo necessário para trabalharem nas “suas roças e buscarem meios de seu sustento”, sendo obrigados a ficarem na aldeia e quando não faziam tudo que ele queria “mandava surrar e meter em troncos os índios”.¹⁴⁰

Nesse contexto, cabe ressaltar, que a violência se constituiu como um dos recursos fundamentais da Coroa portuguesa, na realização dos descimentos e na própria manutenção

¹³⁵ *Idem.*

¹³⁶ REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza dos Paúxis, Manuel Maciel Parente para o rei D. João V. 11 de agosto de 1740. AHU. Avulsos Pará. Cx. 23 D. 2189.

¹³⁷ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 02 de dezembro de 1744. AHU. Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571.

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO Vanice Siqueira de; BOMBARDI, Fernanda Aires. O “estrondo das armas”: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII). *Projeto História*, São Paulo, n.39, pp. 115-137, jul/dez. 2009.

¹⁴⁰ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 02 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571

dos índios nas aldeias, influenciando consideravelmente nas dinâmicas criadas no sertão. Embora existisse forma de separação entre índios aliados e índios inimigos, uma “legislação instituída pela própria Coroa, a política em relação aos índios parecia adaptar-se às circunstâncias concretas, mais do que a princípios gerais”.¹⁴¹ Em sua dissertação, Fernanda Bombardi destaca, que os descimentos se transformavam facilmente em cativeiro ilegal¹⁴², o que é visível no caso de Manoel Parente que ao ter sob sua responsabilidade os índios, possivelmente aliados, se excedia por meio do posto que exercia, utilizando de violência para obrigá-los a trabalharem mais do que deveriam.

Por ter o controle daquele sertão, Manoel Parente consentia a passagem de canoas com índios amarrados do sertão, contra as ordens estipuladas. Ao passar a “maior parte do ano em um sítio”, “dava bilhetes e licenças as canoas que passavam” sem fazer o registro na fortaleza, a qual “deixava em poder dos soldados”. Os soldados eram advertidos com ameaças de morte, caso não cumprissem com suas ordens.¹⁴³ Um caso exemplar, da concessão de licenças, é o da canoa do capitão-mor do Gurupá José de Sousa Meneses e seu cabo José Muniz de Melo, que desceram mais de 90 índios amarrados contra as ordens da Coroa, e trataram rapidamente de vender todos.¹⁴⁴

Essa permissão ilegal concedida para o acesso ao gentio é um exemplo claro das relações estabelecidas entre esses particulares que permitia a criação de uma dinâmica própria ao espaço, movida não apenas por interesses metropolitanos, mas também por uma lógica de ganho pessoal, projetada a partir dos benefícios do posto ocupado.

Nesse contexto, Joel Dias, enfatiza que “abusos na repartição dos índios, cativeiros ilegais, tropas de resgates clandestinas, desobediência às leis de Sua Majestade e à própria legislação indígena, interferência na administração temporal e insultos aos missionários, constituíam a rotina no cotidiano desses sujeitos.”¹⁴⁵ O caso de Inácio Leal de Moraes, capitão da fortaleza de Paúxis, antes de Manoel Maciel Parente, é mais um dos exemplos.

¹⁴¹ CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO Vanice Siqueira de; BOMBARDI, Fernanda Aires. O “estrondo das armas”: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII). *Projeto História*, São Paulo, n.39, pp. 115-137, jul/dez. 2009. p.116

¹⁴² Sobre a lógica dos descimentos, ver em: BOMBARDI, Fernanda Aires. “*Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

¹⁴³ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 02 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Cx. 27, D. 2571.

¹⁴⁴ CARTA do ouvidor-geral da capitania do Pará, Timóteo Pinto de Carvalho, para o rei D. João V. 07 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Cx.27, D.2588.

¹⁴⁵ DIAS, Joel Santos. “*Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)*”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - UFPA. Belém, 2008. p.90.

Em 1728, o capitão Inácio de Moraes, solicitava ser ouvido contra as acusações feitas pelo governador do Estado, João Maia da Gama. Dentre elas, pesava o trato que dispensava aos indígenas e missionários. Ao querer “se fazer senhor absoluto da aldeia e do sertão”, obrigava os índios não só da aldeia da fortificação, mas também das aldeias circunvizinhas, a servirem nas suas roças, contra as leis da Coroa e desprezo dos missionários. Incentivava o gentio a deixar as missões, como ocorreu em 1726 e por isso, as aldeias ficaram desertas. Além disso, realizava descimentos ilegais, fazendo os índios de escravos, vendendo “cento e tantas pessoas que com dispêndio dos missionários foram de sertão descidas”.¹⁴⁶

No mesmo ano, por não ser aceita sua solicitação de soldados para o descimento de indígenas, Inácio de Moraes “mandou arrancar as portas das casas dos missionários, as portas da igreja e tirar o sino” alegando que queria para aquela “aldeia outro clérigo do seu agrado”. Manuel de Marvão enfatizava ainda que os delitos resultavam em “ofensas e violação das leis reais”. Inácio de Moraes, aproveitava do posto que possuía para ter acesso a mão-de-obra indígena sob o pretexto dos serviços serem para V.M., mas que na verdade era para seu interesse próprio.¹⁴⁷

Devido a essas acusações, Inácio de Moraes, se encontrava foragido, sem a devida licença do posto que exercia. Entretanto, permaneceu como capitão da fortificação de Paúxis e em 1730, foi absolvido da “culpa que lhe imputavam” pelo ouvidor-geral da capitania, Francisco de Andrade Ribeiro.¹⁴⁸

Os particulares utilizavam suas experiências e postos para ter acesso ao que o sertão poderia fornecer. Nesse caso, a mão de obra indígena sempre foi motivo de conflitos que se desenrolavam no sertão, principalmente entre militares, religiosos, Coroa e colonos, por conta dos distintos interesses envolvidos, já que a sua utilização era indispensável nas atividades da Amazônia.¹⁴⁹

Outro capitão da fortaleza de Paúxis foi Gonçalo Gomes. A documentação não é clara a respeito do meio pelo qual conseguiu ocupar o posto, embora em 1746, o secretário da Junta dos três Estados, mencionasse o provimento do capitão pelo período de três anos.¹⁵⁰

¹⁴⁶ REQUERIMENTO do capitão da fortaleza dos Paúxis da capitania do Pará, Inácio Leal de Moraes, para o rei D. João V. 17 de março de 1728. AHU, Avulsos Pará. Cx. 11, D. 963.

¹⁴⁷ CARTA do comissário das Missões, fr. Manuel de Marvão, para o rei D. João V. 05 de setembro de 1726. AHU, Avulsos Pará. Cx. 9, D. 832.

¹⁴⁸ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. 15 de maio de 1730. AHU, Avulsos Pará. Cx. 12, D. 1106.

¹⁴⁹ Ver mais em: JUNIOR, José Alves de Souza. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Bélem: ed.ufpa, 2012.

¹⁵⁰ AVISO do secretário da Junta dos Três Estados, Domingos Ferreira de Abreu para o secretário do Conselho Ultramarino, Manuel Caetano Lopes de Lavre. 14 de novembro de 1746. AHU, Avulsos Pará. Cx. 29, D. 2744.

Sabe-se também, através de um requerimento que Gonçalo Gomes exerceu o posto de sargento mor da vila de Vigia, em 1740, antes de ser o capitão da fortaleza de Paúxis.¹⁵¹

Entretanto, é em 1745, que Gomes aparece exercendo o dito posto, ao requerer a concessão de 80 casais de índios das aldeias circunvizinhas para trabalharem na reforma da fortificação, sendo sua a responsabilidade do pagamento. O cabedal necessário nas obras da fortificação totalizaria mais de “3 mil cruzados”, e por isso, junto ao pedido da mão de obra, o capitão incluía um pedido de mercê ao rei de “o conservar na dita fortaleza com o mesmo posto de capitão dela durante a sua vida”.¹⁵²

Ora, o pedido feito estava de acordo com as bases que o Antigo Regime estabeleceu na colônia. Pontuado nos estudos de Maria Fernanda Bicalho, “o imperativo do dar criava uma cadeia de obrigações recíprocas”, baseada na retribuição de serviços prestados, doação de mercês em forma de posses, títulos e cargos, status e honra.¹⁵³

Ocupado por diferentes sujeitos, o posto de capitão da fortaleza do Paúxis, foi utilizado como forma de acesso ao sertão, principalmente no que tange a mão de obra indígena. Contemplados com os postos, a partir do projeto colonial, os capitães aparecem em boa parte, vinculados a exploração do trabalho indígena, até mesmo quando a Coroa não permitia obrigando os nativos a trabalharem em serviços particulares, ao praticarem abusos e violências a partir do posto.

3.3 AÇÃO DE MILITARES EM ALMEIRIM: CONFLITOS, DESMANDOS

A fortaleza do Paru, atualmente cidade de Almeirim, conclui a análise da trajetória dos capitães que atuaram na linha defensiva do Baixo Amazonas. Tal como nos postos do Tapajós e Paúxis, o Paru também evidencia a inserção de particulares que já possuíam uma carreira militar e atuavam, a partir da vigência no posto, em outros ramos de atividades do sertão.

Como já mencionado, a documentação bastante fragmentada não nos permite compor um quadro de informações completo a respeito de todas as experiências vividas por esses particulares e suas práticas no exercício do posto. Há confirmações de posto, consultas e requerimentos que nomeiam sujeitos, mas em seguida, esses indivíduos não aparecem mais na

¹⁵¹ REQUERIMENTO de Gonçalo Gomes para o rei D. João V. 18 de março de 1740. AHU, Avulsos Pará. Cx. 23, D. 2164.

¹⁵² REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza do Paúxis, no rio das Amazonas, Gonçalo Gomes, para o rei D. João V. 9 de junho de 1745. AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2616.

¹⁵³ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense* n° 02, p.21-34, novembro de 2005.

documentação. Um exemplo disso, é uma consulta do Conselho Ultramarino de 1697, para nomeação de pessoas com interesse em ocupar o posto de capitão da fortaleza do Paru e da fortaleza do Rio Negro.¹⁵⁴

Apresenta-se como candidato para a fortaleza de Paru, Baltazar de Melo Cabral. Serviu na capitania do Pará, no período de 10 anos, em praça de soldado e como tenente da fortaleza do Paru. Relata o documento que embarcou para o Estado em 1690, onde foi ferido, “a padecer na jornada de grandes trabalhos até chegar à cidade de São Luís, onde acompanhou o ouvidor geral quando conduziu os clérigos” em direção ao Pará para irem até a corte. Exercitava o cargo de tenente “com grande zelo”, com seus próprios custos.¹⁵⁵

Após essa consulta, não se tem mais indícios se Baltazar chegou ou não a assumir como capitão da fortaleza do Paru. Somente em 1722, o posto aparece ocupado por João Botelho da Costa, em um único requerimento de 1724, que trata de sua baixa do posto, por motivo de ser incapaz de continuar no serviço, devido à idade avançada.¹⁵⁶

Seguindo a análise, em 1733, Luís Figueiredo encontra-se preenchendo o posto¹⁵⁷, vago pela saída de João Botelho da Costa.¹⁵⁸ Luís Figueiredo serviu a Coroa no “espaço de 19 anos”, no Estado do Maranhão. Suas patentes foram derivadas do serviço em praça como soldado e como tenente da fortificação do Paru. Além disso, atuou na esquadra da fortaleza do Gurupá e “tendo os franceses de Caiena tomado a fortaleza de Macapá”, prestou assistência na sua restauração.¹⁵⁹

Embora as experiências e o tempo de serviço sejam fatores importantes na seleção de sujeitos para postos militares no sertão, Luís Figueiredo foi agraciado ao posto no período de 03 anos, com a missão de “edificar a fortaleza e fazer a casa de pólvora a sua custa, dentro de dois anos”, correndo o risco de ser desposto, caso não cumprisse o serviço.¹⁶⁰ Talvez a experiência da Coroa com o descumprimento dos deveres desses sujeitos no sertão tenha levado a esta ressalva para Luís Figueiredo.

¹⁵⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei, D. Pedro II. 7 de fevereiro de 1697. AHU, Avulsos Pará. Cx. 4, D. 337.

¹⁵⁵ *Idem*.

¹⁵⁶ REQUERIMENTO de João Botelho da Costa, para o rei D. João V. 16 de março de 1724. AHU, Avulsos Pará. Cx. 8, D. 677.

¹⁵⁷ CARTA do comissário provincial e superior da Missão de Santo António, fr. André do Rosário, para o rei D. João V. 23 de setembro de 1733. AHU, Avulsos Pará. Cx. 15, D. 1424.

¹⁵⁸ REQUERIMENTO do tenente da Casa Forte do Paru, Luís de Miranda e Figueiredo, para o rei D. João V. 2 de março de 1743. AHU, Avulsos Pará. Cx. 25, D. 2389.

¹⁵⁹ *Idem*.

¹⁶⁰ CARTA do comissário provincial e superior da Missão de Santo António, fr. André do Rosário, para o rei D. João V. 23 de setembro de 1733. AHU, Avulsos Pará. Cx. 15, D. 1424.

De acordo com Bicalho, os conquistadores dispunham de suas vidas e fazendas, na busca da ampliação do império português. Ao agraciar os feitos dos vassallos com mercês, a Coroa reafirmava a existência de um pacto político que precisava ser cumprido por ambos os lados.¹⁶¹ Nesse caso, a conquista do posto de Luís Figueiredo, foi por meio do acordo definido com a Coroa, caso semelhante ao de Francisco da Mota e Manoel da Mota, abordado acima. A manutenção no posto dependia inteiramente dos serviços a serem desempenhados no Paru.

Entretanto, como abordado no segundo capítulo, Luís Figueiredo não estava cumprindo os reparos na fortificação dentro do tempo estipulado, o que fez o governador, José da Serra, se queixar sobre ele, acrescentando também sua indignidade no exercício do posto ao influenciar “os aldeados, metendo-lhes na cabeça que não obedeçam os missionários, porque só ele governa aquela aldeia”, estabelecendo assim, constantes conflitos com os missionários. O governador ainda ressalta que Luís Figueiredo é um homem com “viver escandaloso”, pois vive cerca de 08 anos com uma índia que é casada, como se fosse “sua própria mulher”.¹⁶²

É evidente, neste caso o conflito em torno dos limites de governabilidade entre o capitão de fortaleza e o religioso responsável pela aldeia. O espaço da fortificação e da aldeia se inter cruzavam. Nesses interesses o governador demonstra insatisfação com o “viver escandaloso” do capitão, supostamente havia interesse em retirá-lo do posto ou quem sabe limitar a influência do militar no sertão.

Em agosto de 1734, com o interesse de permanecer como capitão, Luís Figueiredo justificava o fato de não ter edificado a fortificação em razão da atuação em outros serviços. Informava ainda que as reformas necessárias já estavam encaminhadas “tendo acabado a muralha e os parapeitos” da fortaleza e cobrindo a casa de pólvora e os quartéis.¹⁶³ Assim, com o andamento das reformas, Luís Figueiredo ainda permanecia até 1743, ao requerer o pagamento de soldo, enfatizando o cumprimento da promessa de reedificar a fortaleza do Paru.¹⁶⁴

Como já ressaltado aqui, em muitos casos não é possível ter exatidão a respeito do período de ocupação de um posto. Mas, tanto no caso da fortaleza do Tapajós, como na do

¹⁶¹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense* n° 02, p.21-34, novembro de 2005.

¹⁶² CARTA do comissário provincial e superior da Missão de Santo Antônio, fr. André do Rosário, para o rei D. João V. 23 de setembro de 1733. AHU, Avulsos Pará. Cx. 15, D. 1424.

¹⁶³ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, José da Serra, para o rei D. João V. 04 de agosto de 1734. AHU, Avulsos Pará. Cx. 16, D.1523.

¹⁶⁴ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V. 13 de novembro de 1743. AHU, Avulsos Pará. Cx. 26, D. 2456.

Paru, é possível estabelecer uma ordem de capitães aqui abordados. Algumas fontes contemplam os nomes dos antecessores do posto. Nesse sentido, após Luís Figueiredo, assumiu o posto Francisco Xavier Botero.¹⁶⁵ Não se tem maiores informações a respeito de sua atuação no posto, portanto as informações obtidas são referentes a sua prestação de serviços, antes de conquistar o posto.

Assim como quase todos os capitães aqui apresentados, Francisco Botero já possuía serviços prestados à Coroa em outras partes do Estado. Em 1743, requeria a confirmação da patente de capitão da guarnição da fortaleza do Gurupá que ficou vaga por André Miguel Aires¹⁶⁶, concedida em 1745 pelo governador do Estado, João de Abreu Castelo Branco¹⁶⁷. No mesmo ano, fazia o pedido de carta de data de sesmaria, localizada nas margens de um igarapé, na capitania do Gurupá, sendo “pouco mais ou menos légua e meia começando a sua demarcação da boca de um igarapé chamado de macaco, correndo pelo rio acima, aos marcos de Estevão Cardoso de Menezes”.¹⁶⁸

Inserido na noção de sempre progredir em postos cada vez mais importantes dentro da hierarquia militar, em 1746, Francisco Botero solicitava provimento no posto da fortaleza do Parú, ao destacar serviços já realizados para a Coroa portuguesa. Dentre eles, serviu em “Catalunha por espaço de 05 anos” e na província de Alentejo como soldado em praça. Ocupou o posto de ajudante na tropa que foi “a vila de Caiena, colônia dos franceses” demarcar os limites do território luso, dando “inteiro cumprimento a esta diligência” e trazendo da “mesma colônia, plantas de café em bastante quantidade” para o cultivo, “naquele Estado não havia este gênero”.¹⁶⁹

Todos esses relatos pautados nos serviços já prestados são formas de conquistar o posto desejado. Em 1748, Francisco Botero recebeu a confirmação da patente de capitão da fortaleza do Paru.¹⁷⁰ Sobre a atuação de poderes locais no império, Ana Costa ressalta que os recursos utilizados por esses indivíduos para conquistarem as mercês e potencializar seus poderes, são baseados na experiência com assuntos militares e ocupação de outros postos,

¹⁶⁵ REQUERIMENTO de Francisco Xavier Botero para o rei D. João V. 26 de maio de 1746. AHU, Avulsos Pará. Cx. 29, D. 2724.

¹⁶⁶ CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V. 29 de Novembro de 1743. AHU. Avulsos Pará. Cx. 26, D. 2480.

¹⁶⁷ CERTIDÃO do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, confirmando ter nomeado Francisco Xavier Botero para o posto de capitão de Infantaria da guarnição da Fortaleza de Santo Antônio do Gurupá. 13 de novembro de 1745. AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2633.

¹⁶⁸ REQUERIMENTO de Francisco Xavier Botero para o rei D. João V. 25 de maio de 1745. AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2610.

¹⁶⁹ REQUERIMENTO de Francisco Xavier Botero para o rei D. João V. 26 de maio de 1746. AHU, Avulsos Pará. Cx. 29, D. 2724.

¹⁷⁰ PARECER do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 27 de julho de 1748. AHU, Avulsos Pará Cx. 30, D. 2881.

visualizado nos casos acima analisados. “Era comum que os oficiais ocupassem vários postos militares e por longos períodos de tempo, lhes dando assim certa experiência em relação a tais assuntos”, ao enfatizarem uma trajetória de conflitos e lutas, por terem lealdade ao rei.¹⁷¹

Pontuando suas experiências para o posto, esses sujeitos, ao conseguirem ocupá-los, tinham como argumento a contribuição na tarefa colonial. Conforme verifica-se, muitas vezes, acabavam se intitulado como os únicos responsáveis pelo sertão e por isso, cometiam abusos, como os conflitos gerados com missionários em torno da jurisdição da mão-de-obra indígena, pois muitos deles não aceitavam a interferência missionária, desobedecendo as ordens impostas, tendo comportamentos que se desviavam das ordens da Coroa. Ademais, esses sujeitos também buscavam outras formas de rentabilidade, vinculado ao acesso a terras e as drogas do sertão.

¹⁷¹ COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica, (1735-1777). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. p. 106.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Baixo Amazonas descrita nas fontes como sertão, se caracterizou como importante fronteira a ser conquistada pelo portugueses. Com interferência de outras nações também interessadas nas potencialidades da região, a Coroa precisaria de uma solução, já que os recursos para colonizar esses espaços era precários, devido as turbulências que a Coroa enfrentava nesse período.

A realização de acordos com os particulares e a atribuição de postos a militares, foi uma das práticas adotadas para expansão do império. Responsáveis por uma região que delimitava fronteira, a partir de postos ligados às fortificações, esses indivíduos eram os representantes locais da Coroa. Dentre eles, Francisco da Mota e Manoel da Mota de Siqueira ganham destaque, com o envolvimento no empreendimento de uma linha de defesa, através de fortificações no Baixo Amazonas.

Sabendo da importância desses postos militares, muitos sujeitos desejavam ocupá-los. Ao comprovarem os serviços realizados em outras partes do império, os particulares demonstravam experiência ao lidar com os aspectos que permeavam o sertão. Entrelaçados às práticas do sistema de Antigo Regime e com o desejo de ascensão na hierarquia social, sabiam que o trabalho na conquista poderia resultar em mercês e a partir disso, solicitavam títulos, acesso a mão de obra indígena e posses de terra, visualizado nos casos acima analisados. Quanto mais postos e serviços prestados, maior as recompensas que poderiam ser fornecidas.

Mas para além disso, esses indivíduos criavam uma dinâmica própria de funcionamento do sertão. Motivados por interesses próprios, à revelia dos mandos da Coroa cometiam abusos no trato com os indígenas, como ocorreu no caso de Inácio Leal de Moraes. Criavam conflitos com as demais autoridades locais, principalmente com os missionários, visualizado no caso de Luís Figueiredo.

Aumentavam seu campo de influência, solicitavam também aos seus familiares a perpetuação de cargos e posses, como foi caso de Francisco da Mota e Manoel da Mota. Controlavam os caminhos de exploração das drogas do sertão e das canoas, expedindo licenças de acordo com os seus interesses.

Por obterem vivência nesses espaços, experiência prática e poder articulado ao posto, os particulares, tinham acesso as principais rotas do sertão que desencadeavam nos diversos recursos de fornecimento do império. Nesse sentido, a expansão da fronteira também seguiu

uma lógica de interesses próprios, não somente visualizada nas mercês, mas na rentabilidade do sertão, o que, por vezes, afetava o andamento do projeto colonial.

Instituindo-se muitas vezes como “autoridades do sertão” por terem o controle local, esses particulares realizavam descimentos de índios e exploração de produtos de forma ilegal, sem a devida autorização da Coroa ou de autoridades superiores na capitania, criando conflitos com os demais agentes presentes no espaço, como é o caso dos conflitos com missionários.

Assim, é notável a importância que a região adquiria para o império, a partir do envio de sujeitos que se propunham a efetivar a conquista. A forma com que esses espaços foram ocupados revela como se firmaram as relações entre os diferentes grupos atuantes na conquista e sobretudo as dinâmicas que se constituíram nos sertões do Baixo Amazonas.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino

AVISO do secretário da Junta dos Três Estados, Domingos Ferreira de Abreu para o secretário do Conselho Ultramarino, Manuel Caetano Lopes de Lavre. 14 de novembro de 1746. AHU. Avulsos Pará. Cx. 29, D. 2744.

CARTA (capítulo/cópia) do capitão-mor capitania do Pará, António Duarte de Barros, para o rei D. João V. 19 de setembro de 1736. AHU, Avulsos Pará. Cx. 19, d. 1780.

CARTA do comissário provincial e superior da Missão de Santo António, fr. André do Rosário, para o rei D. João V. 23 de setembro de 1733. AHU, Avulsos Pará. Cx. 15, D. 1424.

CARTA do ex-Capitão- General do Estado Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Gomes Freire de Andrade, para o rei D. Pedro II. 7 de outubro de 1688. AHU, Avulsos Pará. Cx. 3, D.274.

CARTA do governador Arthur e Sá de Meneses para o rei D. Pedro II. 12 de março de 1688. AHU, Avulsos Pará. Cx.3, D.269.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V. 19 de abril de 1749. AHU, Avulsos Pará Cx. 31, D. 2909.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 11 de outubro de 1741. AHU, Avulsos Pará, Cx. 24, D. 2262.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 11 de outubro de 1742. AHU, Avulsos Pará, Cx.24, D. 2317.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 29 de setembro de 1737. AHU, Avulsos Pará, Cx. 20, D. 1873.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. 2 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Cx. 27, D.2571.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V. 13 de novembro de 1743. AHU, Avulsos Pará. Cx. 26, D. 2456.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V. 29 de Novembro de 1743. AHU, Avulsos Pará. Cx. 26, D. 2480.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. 15 de maio de 1730. AHU, Avulsos Pará. Cx. 12, D. 1106.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, José da Serra, para o rei D. João V. 04 de agosto de 1734. AHU, Avulsos Pará. Cx. 16, D.1523.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, para o rei D. João V. 16 de setembro de 1728. AHU, Avulsos Pará, caixa 11, D.978.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, para o rei D. João. 11 de Agosto de 1731. AHU, Avulsos Pará, caixa 13, D.1885.

CARTA do governador, João da Maia da Gama, para o rei D. João V. 23 de agosto de 1722. AHU, Avulsos Pará, caixa 7, D.609.

Carta do ouvidor-geral da capitania do Pará Salvador de Sousa Rebelo, para o rei D. João V. 28 de setembro de 1738. AHU. Avulsos Pará, caixa. 21, D. 1996.

CARTA do ouvidor-geral da capitania do Pará, Timóteo Pinto de Carvalho, para o rei D. João V. 07 de dezembro de 1744. AHU, Avulsos Pará. Cx.27, D.2588.

CARTA dos oficiais da câmara de Belém para o rei D. Pedro II. 24 de julho de 1697 AHU, Avulsos Pará. Cx. 4, D.338.

CARTA para do ex-governador, Gomes Freire de Andrade para o Rei D. Pedro II. 7 de outubro de 1688. AHU, Avulsos Pará. Cx. 3, D. 274.

CARTA Régia ao Governador do Maranhão, sobre o pedido de Manoel da Motta” 09 de dezembro de 1690. AHU, Avulsos do Maranhão. Cx.4, f.0370.

CARTA Régia de D. Fillipe para o conselho dos governadores do reino. Pará 27 de outubro de 1626. AHU, Avulsos Pará. Cx. 1, doc. 31.

CERTIDÃO do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, confirmando ter nomeado Francisco Xavier Botero para o posto de capitão de Infantaria da guarnição da Fortaleza de Santo António do Gurupá. 13 de novembro de 1745. AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2633.

CONSULTA do conselho da fazenda para o rei Filipe II sobre o requerimento do cabo dos navios, capitão Antônio Barroso. 30 de dezembro de 1616. AHU, Avulsos Pará. Cx. 1, D.3.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. 15 de novembro de 1685. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx.6, D.731.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a carta do ouvidor-geral da capitania do Pará, António da Costa Coelho, 1 de julho de 1710. AHU, Avulsos Pará, caixa. 5, D. 456.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 06 de maio de 1737. AHU, Avulsos Pará. Cx. 20, D.1844.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. AHU, Avulsos Pará. 28 de junho de 1745. Cx. 28, D. 2623.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. AHU, Avulsos Pará. 27 de Julho de 1748. Cx. 30, D. 2880.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei, D. Pedro II. 7 de fevereiro de 1697. AHU, Avulsos Pará. Cx. 4, D. 337.

MAPA da Infantaria Paga que se encontra na praça da capitania do Pará. 20 de Setembro de 1730. AHU, Avulsos Pará, Cx. 12, D. 1141.

PARECER do Conselho Ultramarino para o rei D. João V. 27 de julho de 1748. AHU, Avulsos Pará, Cx. 30, D. 2881.

REQUERIMENTO de André Miguel Aires para o rei D. João V. AHU, Avulsos Pará. 26 de março de 1745. Cx. 28, D. 2594.

REQUERIMENTO de Francisco Xavier Botero para o rei D. João V. 25 de maio de 1745. AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2610.

REQUERIMENTO de Francisco Xavier Botero para o rei D. João V. 26 de maio de 1746. AHU, Avulsos Pará. Cx. 29, D. 2724.

REQUERIMENTO de Gonçalo Gomes para o rei D. João V. 18 de março de 1740. AHU, Avulsos Pará. Cx. 23, D. 2164.

REQUERIMENTO de João Botelho da Costa, para o rei D. João V. 16 de março de 1724. AHU, Avulsos Pará. Cx. 8, D. 677.

REQUERIMENTO de José Velho de Azevedo, para o rei D. João. 11 de agosto de 1714. AHU, Avulsos Pará. Cx. 6, D. 507

REQUERIMENTO de Luís Aranha Vasconcelos para o rei, Pará 3 de Julho de 1625. AHU, Avulsos Pará. Cx. 1, D.30.

REQUERIMENTO do capitão Aires de Sousa Chicorro para o rei D. Felipe III. 18 de outubro de 1634. AHU, Avulsos Pará. Cx.1, D.36.

REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza do Paúxis, no rio das Amazonas, Gonçalo Gomes, para o rei D. João V. 9 de junho de 1745. AHU, Avulsos Pará. Cx. 28, D. 2616.

REQUERIMENTO do capitão da fortaleza dos Paúxis da capitania do Pará, Inácio Leal de Moraes, para o rei D. João V. 17 de março de 1728. AHU, Avulsos Pará. Cx. 11, D. 963.

REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza dos Paúxis, Manuel Maciel Parente para o rei D. João V. 11 de agosto de 1740. AHU, Avulsos Pará. Caixa. 23, D. 2189.

REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza dos Tapajós no distrito do Pará, André Miguel Aires, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. AHU, Avulsos Pará. 28 de Abril de 1751. Cx. 32, D. 3037.

REQUERIMENTO do tenente da Casa Forte do Pará, Luís de Miranda e Figueiredo, para o rei [D. João V. 2 de março de 1743. AHU, Avulsos Pará. Cx. 25, D. 2389.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANNT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.376v.

ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f.51.

ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f.243.

Instituto de Terras do Pará

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Iterpa. Carta de Sesmaria. Livro: 01, documento: 11, folha: 11 v. 21 de Outubro de 1723.

FONTES IMPRESSAS

BETTENDORF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1698)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I, 1910. BETTENDORF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1698)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I, 1910.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Mauro Vianna. *Soldados, Comerciantes, Colonos e Índios: A disputa europeia pela Foz do Amazonas*. Editora Estudos Amazônicos. 1º ed. Pará. 2016.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos impérios: projetos, circulação e experiência na fronteira entre a capitania do Rio Negro e a província dos Maynas (1780-1820)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História social, Universidade de São Paulo, São Paulo 2013.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Entre a teoria e a prática: dinâmicas político administrativas em Portugal e na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de história*. São Paulo, nº 167, p. 75-98, julho / dezembro 2012.

_____. Conquista, Mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Brasiliense* nº 02, p.21-34, novembro de 2005.

_____. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 189-221.

BOMBARDI, Fernanda Aires. “*Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BONFIM, Daniela Pereira. Em busca da distinção inquestionável – discursos e justificação de nobreza (Pernambuco: 1761-1807). XXIX Simpósio de História Nacional. Brasília, 1º ed. 2007. p 1-17.

CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Maranhão (1607-1653)*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2002.

_____. “Un piccolo pataccio al rio dell’amazzoni”: pirataria europeia e projetos italianos na Amazônia na época da monarquia hispânica. *rev. hist.* (São Paulo), n. 170, p. 175-199, jan.-jun., 2014.

_____. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p.317-338, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVIII). *Outros Tempos*, vol. 10, n.15, p.79-99, 2013.

_____; BONIFÁCIO, Monique; MELO, Vanice. Pelos sertões “estão todas as utilidades”. Trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII). *Revista de História*, n.162, p. 13-49, 2010.

_____; MELO Vanice Siqueira de; BOMBARDI, Fernanda Aires. O “estrondo das armas”: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII). *Projeto História*, São Paulo, n.39, p. 115-137, jul/dez. 2009.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica, (1735-1777). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Graciete Guerra da. “*Fortes portugueses na Amazônia brasileira*”. Tese (pós-doutorado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Relações Internacionais. UNB: Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

_____. Fortificações na Amazônia. *Navigator*. V. 10 n.20, p.109-118, 2014.

CUNHA. Elba Monique Chagas da. *Sertão, sertões: Colonização, conflitos e História indígena em Pernambuco no período pombalino (1759-1798)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife 2013.

DIAS, Joel Santos. “‘*Confuso e intricado labirinto*’. Fronteira, território e poder na Ilha de Joanes (séculos XVII e XVIII)”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

_____. “Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

GOUVEA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 285-315.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P.163-188.

_____. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Tempo*, vol.11, n.21, p.121-143, 2006.

JOBIM, Anísio. *O Amazonas sua História*. Ensaio antropogeográfico e político. Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1957.

JUNIOR, José Alves de Souza. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: ed.Ufpa, 2012.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. “Estando na real lembrança de El-Rei: a utilização dos feitos na revolta de 1720 na busca por mercês e privilégios”. *Anais do I Colóquio do LAHES*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 13 a 16 de junho, 2005.

_____. *O sistema de concessão de mercê como prática governativa no alvorecer da sociedade mineira setecentista: o caso da (re)conquista da praça fluminense em 1711*. *Saeculum, Revista de História*. João Pessoa, nº14, p.27-38, jan./ jun. 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social*, vol. XXXII (2º), nº141, p. 335-368, 1997.

_____. O ‘Ethos nobiliárquico no Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack brasiliense*, nº 02, p.04-20, novembro 2005.

MONTEIRO, Rodrigo; CALAINHO, Daniela Buono; FLEITER, Bruno; FLORES, Jorge. *Raízes do privilégio: Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão: Um “outro” geográfico. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*. n.4-5, p.1-8, Terra Brasilis, 2003.

NORAT, Roseane & COSTA, Marcondes. As fortificações da Amazônia: desafios e perspectivas para sua preservação. *1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil*, Belo Horizonte, 2017.

PEREIRA, Luciene Maria pires. Reflexões acerca da distribuição de terras no período colonial brasileiro: o caso das sesmarias. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • p. 1-17. São Paulo, julho, 2011.

POMPEU, André José Santos. Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira ocidental amazônica (Segunda metade do Séc. XVII). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. p. 1-20. Florianópolis, 2015.

_____. *Monções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

_____; VIANA, Wania Alexandrino. Sujeitos sertanejos na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *Revista História e Cultura*, vol. 9, n. 1, p.258-275, 2020.

REIS, Arthur César Ferreira. *História de Óbidos*. Civilização Brasileira/Mec. 2º ed. Pará. 1979.

_____. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, Julho/Setembro, 1984.

_____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161).

_____. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Civilização brasileira/Mec. 2º ed. 1979.

ROCHA, Rafael ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: Poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)*. Tese de doutorado em História Social. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal do Fluminense. Niterói, 2013.

VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.

VIDAL Marly Camargo & MALCHER Maria Ataíde. *Sesmarias Instituto de Terras do Pará*. Iterpa: Belém, 2009.